

Ano XIII nº 167 | Recife | Dezembro 2014

GARRA

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco

**Impresso
Especial**

9912264199/2010-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS

As cicatrizes DE UMA ELEIÇÃO



Crise nas INSTITUIÇÕES. Hora de rever CONCEITOS

RETROSPECTIVA

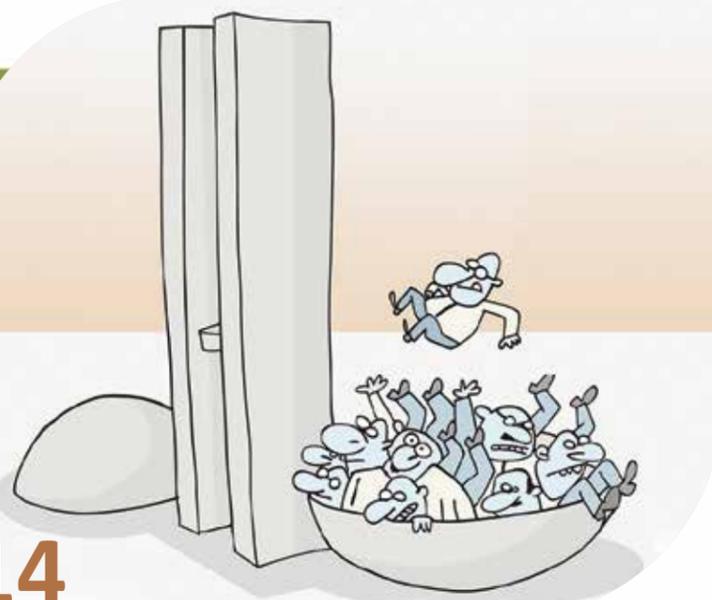
Ano difícil,
e de muita luta.
O balanço de 2014
do Sindsep-PE



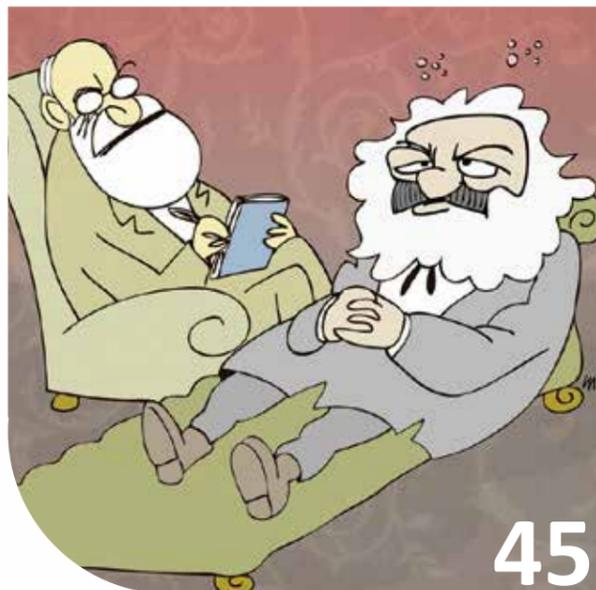


4

14



21



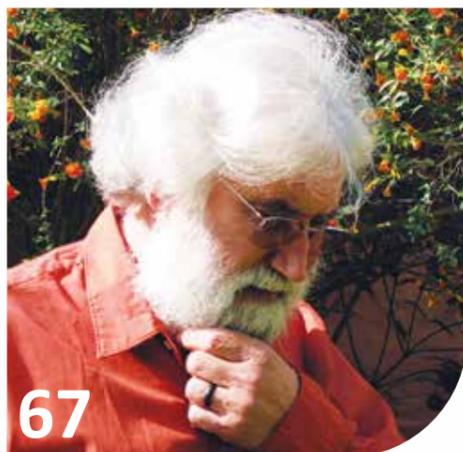
45

- 4 Uma eleição que insiste em não acabar
- 11 Pós-eleição: José Arbex avalia o preconceito e o ódio
- 14 Reforma política é a solução
- 21 O pior Congresso Nacional dos últimos 50 anos
- 22 Retrospectiva



40

- Crise generalizada nas instituições 40
- Movimento sindical no divã 45
- Mídia brasileira desmoralizada 50
- Poder Judiciário sem credibilidade 59
- Leonardo Boff semeia esperança 67



67



59

Nem o tempo consegue APAGAR 2014



Isac dos Santos Neto
Secretário de Imprensa do Sindsep-PE

Grandes acontecimentos marcaram o ano de 2014, tanto que podemos afirmar que ele entrará definitivamente para a História. Depois das grandes manifestações de rua de 2013, a participação popular foi consolidada em 2014. Um grande avanço para a democracia. Dentro dessa perspectiva, uma das prioridades para 2015 é continuar lutando para que o Senado Federal aprove o Decreto de Participação Popular, rejeitado no início de novembro na Câmara dos Deputados. A população quer e tem o direito de decidir o destino do seu país.

Também em 2014, alguns episódios deixaram cicatrizes que nem o tempo vai apagar, como aquela humilhante derrota do Brasil na Copa do Mundo para a Alemanha: um 7 a 1 que ainda dói na alma. Logo em seguida uma tragédia maior: o acidente que vitimou o ex-governador de Pernambuco e candidato a presidente da República, Eduardo Campos, juntamente com assessores. E por falar em perdas, 2014 levou os mestres Ariano Suassuna, João Ubaldo Ribeiro e Manoel Barros, ícones da literatura nacional, além de Gabriel Garcia Marquez, o colombiano Nobel da Paz. Ano difícil e de muitas baixas.

E a eleição para presidente da República, que teima em não terminar? Os derrotados – Aécio Neves, parte do PSDB e aliados - não aceitaram o resultado democrático das urnas e insistem num terceiro turno. E o que dizer da tentativa de golpe, do xenofobismo, do ódio de classe, do preconceito descarado da elite. O rescaldo de uma das eleições mais disputadas desde a redemocratização do país.

Esse quadro, vale salientar, teve uma grande contribuição da mídia brasileira, que não hesitou

em destilar seu ódio de classe e estimular um golpe militar e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que só não triunfou porque o Brasil é outro. Hoje, mesmo com todos os problemas, o país vive uma democracia irreversível, em que o povo é sujeito da História. Não há espaço nem clima para ditadura. A América Latina avança com governos progressistas, as mídias sociais dão vazão a debates antes abafados pela mídia tradicional. O mundo está em ebulição.

O Sindsep-PE se debruçou em todas essas nuances para levar a você, leitor, um trabalho de reportagem de fôlego, com pautas e entrevistas que retratam as cicatrizes das eleições 2014 e as disputas de classe. É nosso compromisso e dever fazer uma análise diferenciada da realidade, um contraponto ao que é feito pelo conjunto da grande imprensa, que sempre traduz interesses das grandes corporações e do capital financeiro, como se somente um lado tivesse direito a voz.

TEMOS LADO.
E ESSE LADO
NÃO É O MESMO
DOS DONOS DA
MÍDIA. POR ISSO,
TRAZEMOS UMA
INFORMAÇÃO COM
OLHAR SOCIAL

Além disso, a revista GARRA traz um conciso balanço das ações implementadas este ano pelo sindicato, avaliações e matérias sobre temas de profundo interesse da nossa categoria. Mas fomos mais além. Investimos em reportagens sobre a crise nas instituições, o descrédito de algumas delas e a necessidade de fazer diferente. Por fim, uma bela entrevista com um dos maiores filósofos da atualidade, o escritor Leonardo Boff. Uma lição de vida.

Com essa revista de final de ano, o Sindsep-PE tenta oferecer uma comunicação contra-hegemônica. Temos lado. E esse lado não é o mesmo dos donos da mídia. Nosso lado é o dos trabalhadores,

do servidor público, do leitor comum. Por isso, trazemos uma informação com olhar social. Porque é assim que pensamos. Essa é a nossa proposta.

Também queremos avançar mais no debate sobre temas dolorosos, como fome, corrupção, violência, direitos humanos, precarização do trabalho, entre outros assuntos que batem e rebatem diariamente sobre o nosso destino. O Brasil não é mais aquele país de coronéis, apesar de ainda haver muita dominação. Nosso país subiu de patamar e tem tudo para apontar e comandar ainda mais grandes mudanças internamente e mundo afora.

Nosso papel agora é de protagonista da História e não de fundo de quintal. Teremos que ser exemplo, a partir da nossa casa, das nossas instituições, do nosso amplo arco de relacionamento. Chega de engodos, de lobos travestidos de cordeiros. A realidade aponta para a renovação e práticas inovadoras, de gente que sabe respeitar as pessoas, os direitos coletivos, o bem público.

É esse caminho que queremos apontar. Fazer com partilhamentos, trazer pessoas para nossa entidade, real e virtual, oferecer serviços essenciais para a transformação das pessoas, não ficar colado a velhos dogmas e velhas práticas. A todos, uma boa leitura!

EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco

Rua João Fernandes Vieira, 67
Boa Vista – CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839

Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral Maria das Graça de Oliveira
Secretaria Geral José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação Isac dos Santos Neto, Sérgio da Silva Goiana, Valdemar Joaquim de Santana
Jornalista Responsável e Edição Fabíola Mendonça

Texto Fabíola Mendonça (DRT-2506), Deyse Lemos (DRT 3909), Alexandre Yuri (DRT 2942)
Colaboração Fernanda Dantas

Revisão Mª de Lourdes Souto Maior Araujo
Fotos Arquivo SINDSEP-PE, JC Mazella, Sérgio Figueiredo e Divulgação

Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, Capa e diagramação Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS Fone: 3458.0000 Tiragem 13.000 exemplares



Desarmem-se os PALANQUES!

“O sindicato está e estará - nesse ou em qualquer governo - onde sempre esteve: ao lado dos servidores federais e em defesa do serviço público”

Desde as eleições presidenciais de 1989 – fazem questão de frisar os analistas políticos – que não ocorrera, no Brasil, uma eleição tão polarizada, tão disputada, como a de 2014. Sobretudo no segundo turno. E, mesmo após o resultado, os palanques parecem não ter sido desmontados. Mal saiu o resultado final do pleito, por volta das 20h do dia 26 de outubro, que se iniciou um terceiro turno. De um lado o projeto político derrotado, que não aceitou o resultado da eleição e chegou a pedir recontagem dos votos de uma urna eletrônica considerada imune a qualquer tentativa de fraude.

Alguns setores chegaram a pedir a volta do regime militar, com direito a manifestações de rua, além de imprimirem todo tipo de preconceito e crime de xenofobia contra os eleitores de Dilma Rousseff, sobretudo os nordestinos. Falou-se até em “um país dividido”, diante de uma diferença pequena entre os dois candidatos na disputa, como se isso não fosse algo natural. Sim, porque se o cenário fosse de um resultado com larga folga, não teria segundo turno. O mais votado levaria logo no primeiro turno.

Ainda como ressaca eleitoral, alguns setores tentaram (e tentam) implantar o terrorismo no país, definindo, de forma equivocada, o segundo governo de Dilma como comunista, bolivariano, chavista, comparando o Brasil a Cuba e a Venezuela. Nesta seção da revista GARRA procuramos desmistificar esses conceitos, explicando para o leitor o que significa cada um deles.

O Sindsep-PE se posicionou em meio ao processo eleitoral por considerar que o projeto apresentado pela candidatura do PSDB feria de morte o fortalecimento do serviço público e atingiria em cheio as conquistas dos servidores. Todavia, o sindicato está e estará - nesse ou em qualquer governo - onde sempre esteve: ao lado dos servidores federais e em defesa do serviço público. A entidade não vai aceitar nenhum gesto do governo que prejudique o setor.

Porém, não vai compactuar com a confusão instalada no processo político pós-eleição. Ao contrário do que votou a Câmara dos Deputados, o Sindsep vai continuar defendendo a participação popular nas decisões do país. Então, que se desarmem os palanques! A eleição acabou! É preciso aceitar o resultado democrático das urnas e olhar para frente, planejar o futuro do Brasil e dos brasileiros. Basta de tentativas de golpe! Dois mil e quinze bate à nossa porta.

O sindicato, assim como a Condsef e a CUT, vai continuar com sua independência, tocando a luta dos servidores federais e vai cobrar da presidenta Dilma os compromissos que ela firmou com a categoria durante a campanha eleitoral. Vamos para o enfrentamento. Como sempre, estaremos na linha de frente da defesa intransigente de um serviço público gratuito e de qualidade e na ampliação das conquistas dos servidores. Esse é o nosso compromisso.





NEM COMUNISMO, nem bolivarianismo. O BRASIL é parte de uma nova América Latina

Domingo 26 de outubro, segundo turno das eleições presidenciais. Por volta das 20h, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) oficializa a vitória de Dilma Rousseff à Presidência da República, que disputou a reeleição contra o candidato tucano Aécio Neves. Mal a grande imprensa informava o resultado oficial – de forma claramente constrangida -, nas mídias sociais, sobretudo no facebook, começara uma enxurrada de declarações criminosas, discriminatórias, odiosas, xenofóbicas, além de uma apologia aberta a um golpe de Estado e ao pedido de impeachment da presidente recém-eleita.

Acusações de que Dilma iria adotar o modelo cubano de comunismo ou o bolivarianismo e chavismo da Venezuela, ou ainda iria implantar medidas consideradas radicais como a de regular a mídia, como fez a Argentina, foram algumas das acusações à petista. Aos eleitores da candidata eleita, os ataques foram ainda mais fortes, recheados de ódio e preconceito. Sem nenhum constrangimento ou respeito, essas pessoas ultrapassavam todos os limites da intolerância, utilizando-se dos mais horrendos adjetivos contra as pessoas que votaram pela manutenção do projeto que está em curso no país. A direita saiu do armário!

Mas a construção desse clima não aconteceu da noite para o dia, não foi de repente. O Brasil vive um novo período de tensão política que teve início desde o momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito pela primeira vez ao cargo máximo da política nacional, em 2002. O rumo natural da História foi invertido: pela primeira vez no Brasil, um metalúrgico, torneiro mecânico, trabalhador é eleito presidente da República. Começa aí, o ódio de classe.

A inversão de prioridades passa a incomodar a elite, acostumada a se revezar no poder. Lula começou a implantar uma política nacional desenvolvimentista e de inclusão



Marcos Costa Lima

Comunismo

O comunismo é uma ideologia política e sócio-econômica, segundo a qual se pode e deve restabelecer o ‘estado natural’, em que todos teriam o mesmo direito. A palavra tem origem no latim *comunis*, que significa comum. O comunismo procurou uma fundamentação nas teorias do Estado dos sofistas gregos e na obra *República* de Platão. Quem dá o arcabouço científico à ideologia, em contraponto ao capitalismo e suas contradições, é o alemão Karl Marx. Marx refere-se a uma sociedade sem classes e livre de opressão, baseada na propriedade comum e no controle dos meios de produção, onde as decisões sobre o que produzir e quais as políticas devem prosseguir são tomadas democraticamente, permitindo que cada membro da sociedade possa participar do processo decisório, tanto na esfera política como econômica da vida. Mas para se chegar a uma sociedade sem classes, ou de apenas uma classe, chamada de comunismo, Karl Marx acreditava que os trabalhadores deveriam tomar as rédeas da política, por meio de uma revolução, e estabelecer uma ditadura do proletariado, eliminando a burguesia. O comunismo implantado na Rússia e na Alemanha Oriental fracassaram. No entanto, a China comunista, que cresceu a uma taxa média anual de mais de 9%, nas últimas décadas, caminha para ser a maior potência mundial, nos próximos 15 anos, assumindo o lugar dos EUA. E Cuba, apesar do eterno embargo norte-americano, é um exemplo de sociedade igualitária, com grandes avanços na medicina e na educação. Pelo quadro exposto, o Brasil não tem nada de comunismo, que fique claro.



social. Não durou muito, em 2005, com o escândalo do mensalão, a oposição bradou por um impeachment, insuflado pela grande mídia. Como a oposição era inexpressiva, essa mídia assume o papel de partido político, perseguindo os governos petistas, enquanto isentava qualquer ato ilícito de partidos de oposição como o caso do mensalão tucano ou o escândalo do metrô de São Paulo, que envolve a cúpula do PSDB. A partir dessa atuação midiática incisiva contra o governo petista, o ódio contra o Partido dos Trabalhadores (PT) só cresceu, chegando ao ápice nas eleições presidenciais desse ano.

Instalado o ódio de classe, a oposição e os meios de comunicação passaram a incutir na cabeça da população brasileira que o Brasil estaria aderindo a uma espécie de Aliança Comunista Bolivariana, tornando-se um país bolivariano aos moldes da Venezuela e Bolívia. Mas o que seria bolivarianismo?

“Simon Bolívar não era socialista. Nunca foi. Existe um texto de Karl Marx, inclusive, falando dele com desdém, tratando-o como caudilho (*caudilhos são lideranças políticas carismáticas ligadas a setores tradicionais da sociedade, como militares e grandes fazendeiros, e que baseiam seu poder no seu carisma*). Mas o mérito de Bolívar é que ele tinha a ideia de construção de um território Sul-Americano independente de seus colonizadores espanhóis”, explicou o cientista político Marcos Costa Lima, professor do departamento de Ciência Política da UFPE e especialista em relações internacionais.

Junto a José de San Martín e ao pernambucano Abreu e Lima, Bolívar foi uma das peças-chaves nas guerras de independência da América Espanhola. Ele liderou a Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e a Venezuela nas lutas pela independência e ajudou a lançar as bases ideológicas democráticas na maioria da América Hispânica. Hugo Chávez, após ser eleito presidente da Venezuela, em 1998, resgatou a imagem de Bolívar como o grande libertador, grande líder revolucionário. “Por isso falam hoje como se Bolívar fosse um socialista. Mas até mesmo Chávez não era um revolucionário por excelência. Era um militar. Ele vai radicalizando a sua postura à es-



Socialismo/Social Democracia

O socialismo que ganha força no século 20, de inspiração europeia, é a Social Democracia, uma ideologia política de esquerda, que acredita na transição para o socialismo sem a necessidade de uma revolução comunista. Essa filosofia prega o entendimento entre capital e trabalho. Os trabalhadores conquistariam melhor qualidade de vida e entrariam no mercado de consumo por meio da luta sindical. Por meio dela, o trabalhador teria suas reivindicações parcialmente atendidas. A Social Democracia começou a ser implantada em vários governos da Europa. Os trabalhadores, pela sua articulação em sindicatos, confederações, pelo estatuto da greve, acabam obtendo conquistas significativas. Mas, ao contrário do que prega o liberalismo e o neoliberalismo, o Estado tem papel fundamental nessa regulação. Não seria um Estado do proletariado, segundo o comunismo, mas atenderia aos reclames da classe trabalhadora. É um caminho...

►► Bolívarianismo

Associar bolívarianismo com socialismo ou comunismo é equívoco. Simon Bolívar, nascido na atual Venezuela, teve um papel-chave na luta pela independência de diversos países do continente em relação ao império espanhol. Uma atuação que faz com que ele seja lembrado até hoje como um dos políticos mais influentes da História da América Latina. Mas em certos momentos, Bolívar foi apontado como um ditador de direita. Em meio ao caos de uma revolução, ao tentar criar países, ele precisava ter uma mão forte. Ele dizia desprezar a ditadura, mas ele a usou, porque sabia que assim podia concretizar suas ideias. Ele se preocupava com o contrário. A elite não seria destituída e excluída do processo. Ele queria unir a todos. Ser bolívariano é ser unificador. Junto a José de San Martín e ao pernambucano Abreu e Lima, Bolívar foi uma das peças-chaves nas guerras de independência da América Espanhola. Ele liderou a Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela e ajudou a lançar bases ideológicas democráticas na maioria da América hispânica. Bolívar dizia admirar os norte-americanos, mas dizia que eles “não tinham nada a ver” com os latinos. Ao perceber o mercado escravocrata na Carolina do Norte e como a economia dos Estados Unidos dependia da escravidão e era uma nação construída sobre uma só raça, religião, classe e filosofia, Bolívar não enxergou nenhuma relação com a experiência da América Latina. Foi a partir desse histórico, que Hugo Chávez resgatou a imagem de Bolívar como o grande libertador, grande líder revolucionário e unificador. Hugo Chávez também não era comunista ou socialista. Era um militar nacionalista. Mas acabou recebendo esses rótulos, de forma pejorativa, por implantar políticas sociais em seu país e por ajudar a Cuba comunista e a outros países da América Latina, como Argentina e Bolívia. Alguma semelhança com o Brasil? Nenhuma.

querda à medida que o governo vai sendo rechaçado pela elite econômica venezuelana”, disse Marcos Costa Lima.

A vitória de Hugo Chávez e a implantação do bolívarianismo na Venezuela representaram um marco para a América Latina. Na opinião de Costa Lima, a partir daí, surge uma nova América Latina. “Chávez iniciou uma luta contra a hegemonia norte-americana. Aproveitou os altos preços do petróleo e implantou uma política ambiciosa de aliança latino-americana. Foi muito impetuoso ao bater de frente com uma elite econômica profundamente reacionária e com a grande mídia venezuelana. Por isso, eles o chamavam de ditador. Mas, na verdade, ele foi eleito democraticamente e reconduzido ao poder em 2000 e 2006 e mudou a realidade da Venezuela”, afirma.

Para o cientista político, o presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff vêm sofrendo o mesmo desgaste que Chávez porque decidiram enfrentar a elite econômica brasileira, promovendo políticas sociais que estão beneficiando as classes menos favorecidas, com políticas afirmativas de combate à pobreza e inclusão social. Ele lembra que a mesma insatisfação da elite ocorre na Bolívia, Argentina, Uruguai e Paraguai, onde o presidente Fernando Lugo sofreu impeachment.

A nova América Latina está se tornando mais democrática e menos conservadora. E não tem nada de comunista ou socialista. Continua capitalista. Costa Lima lembra que todos esses governos foram eleitos e reeleitos democraticamente e destaca que as novas políticas implantadas são desenvolvimentistas e têm inspiração nas diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas, criado em 1948, tendo em sua composição nomes como o do argentino Raul Prebisch e dos brasileiro Celso Furtado e Paulo Freire.

“A Cepal criou um pensamento Latino-Americano muito forte, defendendo a política de substituição de importações. A ideia era a de que os países periféricos, como o Brasil, tinham uma troca desigual com os países ricos que exportavam produtos industrializados e compravam apenas commodities agrícolas e minerais de baixo preço”, disse, para completar: “Foi justamente por ter decidido implantar políticas indicadas pela Cepal, que João Goulart foi deposto, em 1964, e tivemos a implantação de uma ditadura no país”.

Apesar de algumas manifestações após as eleições 2014, Marcos Costa Lima não acredita em um novo golpe no Brasil. Ele lembra que apesar das tentativas de golpe na Venezuela (2002), Bolívia (2008) e Equador (2010), todas foram derrotadas pela mobilização popular. Ele destaca também que o escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras, tem a participação de políticos de partidos da oposição, como o PSDB. Além disso, as eleições presidenciais foram limpas, sem nenhuma fraude.

“O Golpe deu certo no Paraguai porque aquele país é um caso

“

O mérito de Bolívar é que ele tinha a ideia de construção de um território Sul-Americano independente de seus colonizadores espanhóis”

Marcos Costa Lima



►► Capitalismo

O capitalismo é um sistema econômico em que os meios de distribuição são de propriedade e com fins lucrativos. Decisões sobre oferta, demanda, preço, distribuição e investimentos não são feitas pelo governo e os lucros são distribuídos para os proprietários das empresas, enquanto os trabalhadores recebem seus salários. É dominante no mundo ocidental desde o feudalismo. Mas o capitalismo é basicamente uma expressão da revolução industrial. Tem como base filosófica o liberalismo do inglês John Locke, nascido em 1632. Os dois elementos bases da filosofia é a liberdade individual e a propriedade privada. Há uma contradição muito forte. Como falar em liberdade se existem pessoas que possuem propriedades e outras não? Essa contradição gera um desequilíbrio muito forte na sociedade. No capitalismo, o mercado dirige o processo social. O Estado não pode interferir na economia. O neoliberalismo, que aflorou depois da segunda guerra mundial, seria a expressão exacerbada, radicalizada, do liberalismo. Os Estados Unidos aparecem como centro sistêmico e começam a trabalhar para estabelecer a sua hegemonia em escala mundial. É adotado no governo Ronald Reagan (EUA), em 1978, e no governo Margaret Thatcher (Inglaterra), a partir de 1981. Mas o economista inglês, John Maynard Keynes, em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, destaca que o capitalismo é sujeito a crises cíclicas de concentração de renda. O sistema teria períodos de superprodução intercalados pela recessão. Nesse momento, o Estado teria que intervir. Keynes não era socialista, mas achava que o Estado e o emprego são elementos fundamentais para exercer o equilíbrio do sistema, por meio de políticas anticíclicas. É dessa fonte que o Brasil bebe.





» O caso Brasil *

O Brasil sempre foi uma democracia capitalista, deste a derrubada do Império e a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. No entanto, o regime econômico brasileiro foi intercalado por períodos desenvolvimentistas, liberais e neoliberais. Esse conflito refletiu, desde o início, a oposição entre a defesa da independência e autonomia do país, que pode ser chamada de desenvolvimentista, contra a aliança liberal ou neoliberal, entre a oligarquia mercantil e agro-exportadora e os interesses externos.

A política econômica do Império foi liberal (ou livre-cambista) até 1844, quando foi implantada uma política alfandegária que atendia aos interesses fiscais e protegia a indústria. Os últimos gabinetes do Império esboçaram uma política de amparo às fábricas nacionais, continuada nos dois primeiros governos republicanos, entre 1889 e 1894, claramente protecionistas. Essa política foi abandonada por Prudente de Moraes, líder oligárquico paulista, que iniciou o retorno liberal, consolidado por seu sucessor, Campos Salles.

Com a revolução de 1930, teve início a chamada era Vargas (que Fernando Henrique Cardoso prometeu encerrar), fortalecendo a ideia da necessidade de uma política para o desenvolvimento do País. Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento industrial como forma de superar o atraso neocolonial. Após o suicídio de Vargas, em 1954, a política liberal foi retomada por Café Filho e por Eugênio Gudin, cuja presença no Ministério da Fazenda foi saudada pelo jornal norte-americano *The New York Times* como "o homem certo, no lugar certo, na hora certa". Era o governo da oligarquia agro-exportadora, dos grandes grupos financeiros e dos aliados internos do capital estrangeiro.

Apesar das tentativas golpistas de 1955 para impedir sua posse, Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência e implantou o Plano de Metas, que substituiu aquela orientação liberal. João Goulart tentou dar continuidade à política desenvolvimentista, mas foi derrubado pelo golpe de 1964, encabeçado pelos Estados Unidos. Os militares resistiram ao modelo liberal, que voltou com toda força com o fim da ditadura, na era Collor e FHC.

Suas premissas, registradas no chamado Consenso de Washington, eram as mesmas que se repetiam desde o Império: a receita do FMI, do Banco Mundial, de Wall Street e do governo norte-americano, preconizando uma estratégia de ajustamento econômico, baseada em três passos a serem dados: estabilização da economia (combate à inflação), realização das chamadas reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial), e retomada dos investimentos estrangeiros.

Ao assumir a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva volta a promover uma política desenvolvimentista no Brasil com fortes investimentos em infra-estrutura e redistribuição de renda, com o aumento do salário mínimo acima da inflação e ampliação de políticas sociais. Lula passou a investir em regiões com menor concentração de renda, como o Nordeste do Brasil, promovendo também uma distribuição espacial da renda no país. Dilma Rousseff assume e continua investindo na mesma política desenvolvimentista do seu antecessor e aliado político. É essa a fase atual do Brasil, o que provocou o chamado ódio de classe.

muito particular. O Paraguai é comandado por 300 famílias de grandes latifundiários. A eleição de Fernando Lugo, em 2008, encerrou um período de domínio Colorado de 61 anos. Ele foi eleito por causa desse sentimento de mudança da América Latina. Mas não teve sustentabilidade. Ficou isolado", destaca Costa Lima.

Na sua opinião, seria um desastre para o Brasil ferir o processo democrático que o país vem conquistando ao longo dos últimos anos. "A elite, a oposição e a mídia brasileira não estão muito preocupados com a democracia. Mas esse passo terá um custo muito alto para o Brasil e, internacionalmente, não há apoio. O golpe de 64 se deu por causa da conjuntura internacional e foi deflagrado pelos EUA. Hoje, essa revolta de poucos tende a se aplacar. O Brasil está firmado como um país democrático. Ocupa um lugar que nunca ocupou no cenário mundial: o Bric é muito importante. A articulação com o Mercosul, com o G20, com os Estados Unidos, a associação do Brasil com a China, tudo isso é muito importante", conclui o cientista político.



O ódio e a DISCRIMINAÇÃO disfarçados em LUTA DE CLASSE

JORNALISTA, DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, O ESCRITOR JOSÉ ARBEX JÚNIOR ASSOCIA A ONDA DE DISCRIMINAÇÃO QUE SE INSTALOU NO BRASIL APÓS AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS À LUTA DE CLASSE. EM ENTREVISTA CONCEDIDA AO SINDSEP-PE DURANTE O 20º CURSO ANUAL DO NPC - NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO -, REALIZADO EM NOVEMBRO, NO RIO DE JANEIRO, ARBEX FALOU SOBRE ESSA DISPUTA, DO PRECONCEITO SOCIAL E REGIONAL, DO ÓDIO ENTRE AS PESSOAS E DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE O SENTIMENTO QUE VEM DOMINANDO BOA PARTE DOS BRASILEIROS E SE EXACERBOU APÓS A VITÓRIA DE DILMA ROUSSEFF.



*Com informações do texto *Liberalismo versus Desenvolvimentismo*, do jornalista e historiador José Carlos Ruy, publicado no site da Fundação Maurício Grabois. http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=172&id_indice=1280. Autorizado pelo site.



GARRA - Qual a avaliação que o senhor faz desse período pós-eleitoral, com comentários preconceituosos na mídia e redes sociais e recheados de ódio?

JOSÉ ARBEX JÚNIOR - As divisões, que sempre existiram no Brasil, estão aflorando agora de uma forma muito mais violenta. Eu nunca vi uma situação semelhante de comentários tão preconceituosos e de ódio explícito. Em São Paulo, por exemplo, se você estiver em um restaurante e as pessoas começarem a comentar sobre as eleições, em dois minutos de conversa você vai escutar comentários cheios de ódio contra os nordestinos, contra as pessoas de renda mais baixa e contra o governo. Acho que isso se deve ao fato de que houve um aumento do salário mínimo real, durante os anos dos governos Lula e Dilma Rousseff, e houve o surgimento de um novo sentimento de pessoas que não aceitam mais serem humilhadas, tratadas como lixo. São pessoas que hoje sabem que têm direitos e querem ver seus direitos respeitados. Quando a classe média e a elite observam essas pessoas - que eles sempre trataram como lixo -, se impondo e dizendo "Chega!", gera um sentimento de ódio. Isso é preocupante porque pode levar a conflitos de grande envergadura. Hoje, por exemplo, é muito difícil para uma família de classe média manter uma empregada doméstica, porque as moças que se candidatam para o cargo de empregada não aceitam mais receber a merreca que recebiam. Outro dia li um artigo de Danuza Leão, no Globo, onde ela dizia que não tinha mais graça ir a Paris porque até o porteiro dela vai a Paris (risos). Eu achei que era uma piada. Que ela estava sendo irônica. Mas não. Ela estava falando sério! (risos)

GARRA - A mídia tem responsabilidade nesse processo por fazer apologia ao ódio?

ARBEX - Sem dúvida nenhuma. Pessoas como o Datena, da TV Bandeirantes, o Marcelo Rezende, da Record, a Rachel Sheherazade, do SBT, são jornalistas muito bem pagos para divulgar uma certa ideia de mundo, que é a seguinte: nos morros e periferias das grandes cidades estão os pobres, os negros e os nordestinos. Essa gente é violenta. É traficante de drogas, é criminosa. E a polícia tem que nos proteger deles. Nós, que somos cristãos ocidentais e brancos. E para isso, se for necessário, tem que exterminá-los. A Sheherazade defendeu abertamente, outro dia, o linchamento em praça pública. Então, a mídia tem grande responsabilidade sobre a consolidação dessa caricatura, desse estereótipo que mostra as pessoas de renda mais baixa como criminosos. Acredito, inclusive, que esse é o maior crime que a mídia comete.

GARRA - Qual o papel das redes sociais no combate a esse processo?

ARBEX - Eu sou bem cético com relação ao valor da mídia social em si mesmo. Claro que ela é importantíssima para divulgar informações, dados e outras visões de mundo. Mas o que vai transformar mesmo as relações é você levar o debate que é travado na rede para a vida real, em manifestações e reuniões físicas. Quando você pode olhar no olho das pessoas e argumentar com ela. Quando você pode se unir a outros para realizar mobilizações. Não acredito que cada pessoa, isolada em sua casa, lendo a tela do seu computador, poderá solucionar problemas.



“
O que vai transformar mesmo as relações é você levar o debate que é travado na rede para a vida real, em manifestações e reuniões físicas”

José Arbex

GARRA - Antes, as pessoas que tinham preconceitos, não os assumiam tão abertamente como hoje. Não se declaravam. Como o senhor observa essa mudança?

ARBEX - Acredito que esse fator tem um componente social, que é o de ampliação da liberdade de expressão. Da mesma forma que, antes, as pessoas não se assumiam como gays, outras não demonstravam um preconceito tão exacerbado contra os gays. Por outro lado, o fato de termos na mídia gente como Marcelo Rezende, Datena, Sheherazade, Arnaldo Jabor, Miriam Leitão, falando publicamente de forma preconceituosa, é como se eles abrissem um caminho para que todo mundo os seguissem.

Eles estão puxando a boiada. O que eles falam causa um espanto em um primeiro momento. Causa espanto quando é repetido pela segunda vez. Mas, em um terceiro momento, já passa a ser algo visto como natural. Acho que eles têm papel fundamental nesse processo, abrindo caminhos para que os sentimentos preconceituosos e racistas floresçam.

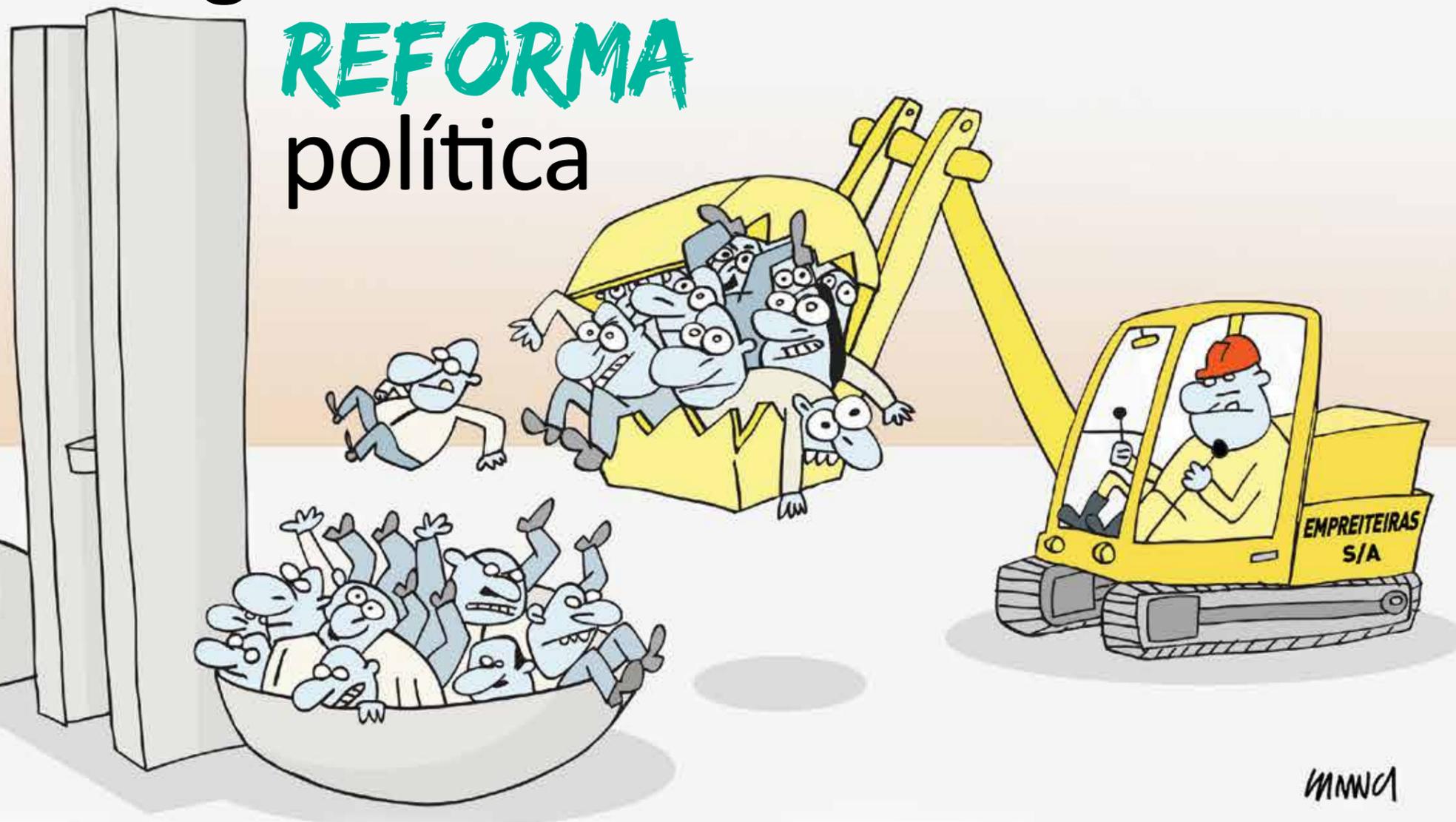
GARRA - O senhor comentou em sua palestra que continua existindo disputa de classes, sendo que noutro formato...

ARBEX - Mudou a forma, mas não o conteúdo. Vamos recordar: quando o capitalismo teve início, era o próprio empresário que gerenciava e cuidava do dia a dia da sua empresa. O Ford, por exemplo, ia pessoalmente à empresa. Ele cuidava diretamente da produção de seus carros. Ele conhecia os empregados e tocava a empresa. Por outro lado, os trabalhadores viviam lá. Trabalhavam 15 horas por dia. Tinha a mais valia extraída etc. Isso mudou. Hoje os donos das empresas nem sabem direito o que acontece. Primeiro, porque as empresas estão distribuídas em todo o mundo. Segundo, porque quem cuida das empresas não é mais o empresário, mas um gerente contratado. E os trabalhadores também mudaram. Hoje, a Ford tem trabalhadores no mundo inteiro. Na China, EUA, Venezuela, Brasil... Então, a classe trabalhadora também se globalizou. A forma das relações se modificou muito, mas ainda existem os patrões e os empregados. Esses continuam sendo explorados como sempre. Com a globalização e a disseminação da informação, a elite quer passar a informação de que não existe mais luta de classes. Que agora a classe operária se globalizou e os patrões se democratizaram. Existe uma democracia nas relações. Mas esse discurso é ilusório. Um trabalhador, hoje, na China, que produz produtos da Apple e Microsoft, recebe 60 dólares por mês. Para trabalhar 10 horas por dia. Outro dia, 17 trabalhadores chineses tentaram suicídio, em uma fábrica da Apple. Isso mostra o grau de desespero da classe trabalhadora. Aqui no Brasil também temos grandes problemas. Eu vejo a burguesia tentar vender um novo discurso. Mas se pararmos para analisar, a luta de classes continua muito forte.





A urgência de uma **REFORMA** política



Aressaca eleitoral de 2014 deixou como saldo a urgência de se fazer uma ampla reforma política no Brasil. Quem está elegendendo hoje os representantes do povo não é o voto consciente, não é o voto de opinião, não é o voto independente. É o poder econômico que torna os espaços de poder cada vez mais vinculados a grupos econômicos e setores descompromissados com os interesses da maioria da população.

Para ser eleito, o candidato precisa dispor de recursos financeiros de grandes proporções, o que facilita a vida de quem já tem mandatos, de quem tem alto poder aquisitivo ou de quem se dispõe a vender seu mandato para grupos econômicos, em troca da aprovação de propostas que venham a beneficiar esses grupos durante a permanência do político no poder. O esquema é bem simples:

empresários financiam a campanha de um deputado federal ou senador, e esse passa a defender as propostas que vão beneficiar esses empresários, em detrimento das necessidades da população que deveria ser a norteadora de suas ações.

O resultado de tudo isso? Licitações fraudulentas, dispensa de licitação, comercialização de votos para aprovação de projetos, aprovação de projetos que prejudicam a população em favor de grandes grupos econômicos, constituem-se verdadeiro escoadouro de dinheiro público para os bolsos dos empresários que investem em campanhas eleitorais. Em 2008, 86% dos recursos totais das campanhas foram doados por empresários. Em 2010, esse percentual chegou a 91% e, em 2012, a 95%.

Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a soma do limite de gastos das campanhas de todos os candidatos registrados na Justiça Eleitoral, em 2014, foi de R\$ 73,9 bilhões. Há quatro anos, a soma dos tetos de despesa foi de R\$ 48,4 bilhões. Os recursos de 2014 seriam suficientes para organizar três Copas do Mundo. O mundial brasileiro deste ano teve um custo total de R\$ 25,8 bilhões, considerando os gastos nas três esferas (União, estados e municípios). Eles engordaram o monstro e agora estão sendo engolidos por ele.

Não é à toa que o financiamento público exclusivo de campanha, com a previsão de um teto, é a principal proposta do grupo que defende o plebiscito popular pela Constituinte Exclusiva. “Queremos melhoras na atual legislação eleitoral. Mas, sem enfrentar as questões constitucionais não mudaremos os problemas que mais importam. Precisamos alterar o sistema que privilegia as candidaturas do poder econômico para assegurarmos a igualdade para todos os candidatos”, destacou o advogado Ricardo Gebrim, dirigente da Consulta Popular e membro da Coordenação Nacional da Campanha pelo Plebiscito.

Outra proposta de consenso nos movimentos sociais é o voto em lista partidária no lugar do voto nominal. Eles defendem a necessidade de fortalecer os partidos como representantes de projetos para o País e não mais como máquinas eleitorais ligadas a grupos econômicos. “Para isso, o primeiro passo é reduzir o caráter personalista, patriarcal, da política. Votamos em personalidades que não precisam estar filiadas a uma visão de projeto de nação. Com o voto em lista passaríamos a votar na proposta política e não apenas em nomes”, explica o doutorando em serviço social e articulador do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana para a Reforma Política em Pernambuco, Eduardo Mara.



Mudança só com PLEBISCITO POPULAR

A participação da sociedade no debate da reforma política vem causando desconforto para a grande maioria do Congresso Nacional. Muitos deputados e senadores não querem a participação da população e defendem a realização de uma reforma feita por eles mesmos. Será que os parlamentares querem mudar algo? Eles são contra financiamento público exclusivo de campanha?

“Temos que ter um plebiscito oficial que assegure o amplo debate entre os que são favoráveis e contrários à Constituinte Exclusiva e que todos os eleitores possam decidir. Sem essa legitimidade uma reforma não irá prosperar, pois a classe dominante não aceita esse debate, em que a ampliação da democracia somente lhes causará prejuízo. Defendemos uma Constituinte Exclusiva porque precisamos eleger representantes exclusivos, em regras democráticas, que não legislem em benefício de seus próprios interesses”, afirmou Ricardo Gebrim.

A atual proposta do Plebiscito Popular é apoiada por mais de 400 movimentos sociais, entidades e partidos, entre eles o Sindsep-PE, que instalou, em agosto último, um comitê do plebiscito em sua sede e subdeses no interior do Estado. Mesmo com tanto apoio popular, algumas entidades da sociedade civil organizada não apóia a proposta, como a Seccção Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“Plebiscito e Referendo só em situações extremas. Não podem ser instrumentos banalizados. Contraria a lógica da democracia representativa. Também somos contra a formação de uma Constituinte Exclusiva. Só se justifica quando há uma ruptura social muito grande, como houve ao final do período ditatorial brasileiro”, disse o presidente da OAB em Pernambuco, Pedro Henrique Reynaldo Alves.

“A Constituinte exclusiva é a única forma que temos de romper com os vícios da política tradicional e reinserir um debate sobre projetos de nação no horizonte da sociedade brasileira. Queremos perguntar a população quem ela acha que deve decidir sobre as regras da política: se os atuais parlamentares ou se o próprio povo organizado. O plebiscito é o momento onde podemos fazer abertamente o debate com a população sobre o sistema político, fazer a formação política. É, em si mesmo, a primeira etapa de realização da constituinte”, rebateu Eduardo Mara.

O Brasil teve uma experiência recente de plebiscito, quando o povo foi às urnas, em 1993, decidir sobre a forma e sistema de governo, optando pelo presidencialismo em detrimento do parlamentarismo. Em 2005, o brasileiro foi às urnas, em um referendo, para decidir sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. Ou seja, não precisa de mudanças histórico-estruturais para a população participar das decisões do seu país.



Trinta anos DE ATRASO

O Brasil trata do tema da Reforma Política desde a sua redemocratização, em meados dos anos 1980. Com o fim da Ditadura Militar, as regras que passaram a reger as eleições brasileiras já nasceram caducas. A Constituição de 1988 obteve diversas conquistas para a sociedade, mas não conseguiu grandes avanços no sistema político, devido a influência que os congressistas da época ainda sofriam do Regime Militar. Poucos anos depois, setores mais progressistas da sociedade já apontavam para a necessidade de mudanças.

Em 1991, após a eleição do primeiro presidente por voto direto, Fernando Collor de Melo, a sociedade passou a exigir alterações no sistema político eleitoral de forma mais enfática. Collor foi deposto e Itamar assumiu, sem conseguir dar andamento a Reforma. Veio Fernando Henrique Cardoso, por dois mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva, por mais oito anos, Dilma Rousseff, por quatro anos, e até hoje apenas pequenas mudanças pontuais foram aprovadas no Congresso como forma de abafar o debate.

“Dos 34 projetos (de reforma política) que circulam na Câmara Federal, nenhum incide sobre uma mudança significativa para o povo brasileiro. Tratam de que tipo de material pode ou não ser utilizado nas campanhas, das verbas dos parlamentares, enfim, perfumaria. Não tratam das questões centrais que incidem sobre quem controla a política e sobre a participação da maioria da população nos destinos do País”, comentou Eduardo Mara.

A presidenta Dilma Rousseff tentou implantar um plebiscito para a Reforma Política em 2013, logo após as manifestações de rua que tomaram conta do País. Mas os congressistas e a imprensa empresarial foram contra. Ao sair vitoriosa das urnas, Dilma declarou que a Reforma Política seria o ponto central do seu segundo mandato. Mas qual a grande dificuldade em aprovar uma reforma que mude as regras do jogo? A sociedade brasileira, como um todo, tem uma resposta óbvia para esse questionamento.

As regras atuais beneficiam os políticos que se perpetuam no poder. E os congressistas brasileiros, que deveriam alterar as regras, não têm nenhum interesse em promover uma mudança estrutural, o que torna o tema desacreditado. Por isso, os movimentos sociais defendem a participação popular nesse processo.



Desde a Constituição Federal de 1988 que a sociedade cobra reforma política. Nesses 26 anos, passaram pela Presidência da República Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, além da atual presidente Dilma Rousseff, e até agora nada foi feito. Em junho de 2013, a população foi às ruas, dando origem a um novo movimento exigindo mudanças nas regras políticas do país. Dessa vez, a sociedade quer participar e clama por uma reforma política soberana e exclusiva.

SOCIEDADE quer participar das DECISÕES DO PAÍS

Assim como a reforma política, a participação popular representa um avanço para a democracia brasileira. A sociedade quer participar das decisões do país e vem demonstrando esse desejo nos vários protestos de rua que vem realizando nos últimos dois anos. Em resposta a essa demanda, a presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto 8.284, em maio de 2014, que instituiu uma nova política de participação social, assim como um maior diálogo entre sociedade civil e governo. O texto, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), regula a relação do governo com os setores organizados.

Com a PNPS, a população irá acompanhar a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas e políticas públicas, assim como o aprimoramento da gestão pública. Tem sido assim nas várias conferências e conselhos que têm a participação da sociedade civil. Isso representa um avanço. Ou seja, os movimentos sociais podem ter participação mais ativa nas políticas propostas pelo governo federal, antes de elas serem enviadas para aprovação no Congresso Nacional.

O projeto pode reverter o quadro negativo que o Brasil tem pela frente, com o resultado das eleições para deputados federais e senadores. A partir de 2015, o Brasil terá o Congresso Nacional mais conservador dos últimos 50 anos. Sem a participação popular, dificilmente o país irá avançar nas pautas sociais e voltadas para os direitos humanos. O problema é que o decreto foi rejeitado pela Câmara dos Deputados logo após as eleições presidenciais de 2014.

Como desculpa para a sua derrubada, os deputados acusam o texto de anticonstitucional e antidemocrático e a presidenta Dilma de querer ditar rumos bolivarianos para o País. É bom que fique claro que essa participação da sociedade não irá mudar o perfil do Congresso, mas terá um papel fundamental nos rumos que o país irá tomar. Os deputados e senadores continuarão tendo as mesmas atribuições de sempre, definidas pela Constituição.

“Para mim, é evidente que quanto maior for a participação da sociedade nas decisões ligadas às políticas públicas, mais forte será a democracia. Temos que levar em consideração que temos um Congresso extremamente conservador no tocante ao pleno exercício dos direitos humanos por parte da população brasileira. Ampliar a participação social vai de en-





contro a interesses econômicos dos grupos empresariais que financiam suas campanhas”, analisa a representante da sociedade civil no Conselho Curador da Empresa Brasileira de Comunicação e professora da UFPE, Ana Veloso.

O Decreto prevê um conselho de políticas públicas (responsável por estimular a participação no processo decisório), uma conferência nacional (instância periódica de debate, de formulação e de avaliação), uma ouvidoria federal e audiências públicas como ferramentas de mobilização e participação social.

A presidente Dilma Rousseff defendeu a criação dos chamados conselhos de participação popular, recentemente, afirmando que essa mudança fará parte da consolidação da democracia no país. “O Legislativo e o Executivo têm papéis diferentes. O Legislativo aprova o corpo (das medidas), mas tiramos as características do corpo a partir de consultas com a sociedade. Nós somos a favor da consulta e da participação de todos os segmentos no processo de estruturação dos projetos de governo. Muitas cabeças pensam melhor que somente as cabeças do Executivo”, disse Dilma, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Com o decreto, a Presidência da República está, ao que parece, se mostrando mais aberta ao diálogo e às demandas de movimentos sociais e da sociedade civil. Vale lembrar que uma das principais críticas a Dilma, em meio aos protestos de junho do ano passado, era o fato de ela não ter dado ouvidos às demandas desses setores.

Depois da derrota na Câmara, o decreto seguiu para o Senado, onde será analisado. Porém, menos de 24 horas depois de a Câmara ter derrubado o decreto presidencial, a bancada do PSOL protocolou, na Secretaria Geral da Mesa, projeto de lei com o mesmo objetivo, instituindo a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social.



“

Quanto maior for a participação da sociedade nas decisões ligadas às políticas públicas, mais forte será a democracia”

Ana Veloso

Um Congresso Nacional ainda MAIS RETRÓGRADO



Instituir uma legislação que assegure a participação da sociedade nas decisões do país é uma das alternativas para se contrapor ao perfil retrógrado que será implantado no Congresso Nacional a partir de 2015. Segundo levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP), os parlamentares eleitos em 2014 vão formar o Congresso Nacional mais conservador desde 1964: a bancada empresarial aparece com 217 parlamentares; a ruralista, 153; os parentes de políticos, 106; os evangélicos, 75; a segurança, 23; e a bancada feminina, 50. Do lado progressista, a bancada sindical tem apenas 51 nomes.

Para o jornalista e analista político do DIAP, Antônio Queiroz, o que ocasionou essa bancada conservadora foram os custos de campanha; as coligações sem lógica ideológica e/ou programáticas; os motes moralistas dos meios de comunicação e da classe média; as cruzadas religiosas, especialmente contra a emancipação das mulheres e dos movimentos LGBT; e os programas de rádio e televisão com caráter policialesco, com ênfase na redução da maioria penal, que levaram a uma onda de conservadorismo.

“O que houve foi uma circulação no poder, com o retorno de ex-agentes públicos, seja no Parlamento, seja no Poder Executivo. Os ‘novos’ ou sem experiência política anterior ou são parentes de políticos tradicionais, ou são celebridades, pastores evangélicos, policiais contrários aos direitos humanos, endinheirados ou apresentadores de programas de rádio e TV”, dispara Queiroz.

Em Pernambuco, por exemplo, o pastor Cleiton Collins (PP) foi o deputado estadual mais bem votado (216.874) e a sobra de votos da legenda elegeu o Soldado da Arpa (PROS) com 19.794 votos. “Isso é resultado da grande capacidade de organização e proselitismo dos segmentos evangélicos, que atuam de forma muito unificada com o objetivo principal de lutar no âmbito das instituições do Estado contra a ampliação dos direitos civis, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos do segmento LGBT”, argumenta o pesquisador da Fundaj, Túlio Velho Barreto.

Homenagem aos aposentados

O ano de 2014 começou com as homenagens do Sindsep-PE para os servidores aposentados. No dia 24 de janeiro, a entidade comemorou o Dia do Aposentado, que esse ano teve como grande homenageado o ex-presidente da África de Sul, Prêmio Nobel da Paz e símbolo da luta contra a discriminação racial, Nelson Mandela, morto no final de 2013. Quase 150 pessoas participaram da atividade, que aconteceu no auditório do sindicato.



Sindsep-PE presente no Fórum Social Temático

De 21 a 26 de janeiro, uma representação do Sindsep – composta pelos diretores Fernando Lima, Geraldo Ferraz, Elna Melo e pelo assessor de Formação da entidade, Joelson Passos – participou do Fórum Social Temático: crise capitalista, democracia, justiça social e ambiental, realizado em Porto Alegre. O evento reuniu e articulou pessoas, entidades e movimentos da sociedade civil organizada de todos os países do mundo.

Sindsep-PE e Condsef são os legítimos representantes dos trabalhadores da Conab

Contrariando o desejo da maioria dos trabalhadores da Conab que já tinham referendado em assembleia que o Sindsep-PE e a Condsef são seus legítimos representantes, um grupo de funcionários da Companhia, em Brasília quis, a todo custo, introduzir na base um sindicato que nem sequer existe. Uma entidade, diga-se de passagem, organizada com a ajuda da direção nacional da Conab, sem representatividade e sem história de luta. O Sindsep e a Condsef sempre foram referências para os trabalhadores desse órgão, desde a luta pela reintegração dos anistiados, até as negociações dos acordos coletivos de trabalho.



Servidores lançam campanha salarial

Em 2014, a campanha salarial dos servidores começou mais cedo, no início de fevereiro. A antecipação se deu por conta da aceleração do calendário por conta da Copa do Mundo em junho. No dia 5 de fevereiro, mais de 20 entidades que compõem o Fórum Nacional dos Servidores Federais realizaram, em Brasília, o lançamento nacional da campanha salarial. Entre os pontos de pauta da categoria, a regulamentação da negociação coletiva e a criação de data-base; antecipação do reajuste previsto para 2015; extensão dos reajustes dados às carreiras transversais; cumprimento por parte do governo dos acordos firmados; diretrizes de plano de carreira; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; correção das distorções; política salarial permanente e reajuste dos benefícios.

Em PE, campanha salarial é unificada

Duas semanas depois do lançamento nacional, o Sindsep-PE lançou em Pernambuco a campanha salarial dos servidores federais. A atividade aconteceu no centro do Recife, esquina da Conde da Boa Vista e rua Sete de Setembro. O ato foi unificado, reunindo servidores federais, estaduais e municipais. Mas antes mesmo de oficializada a campanha no Estado, o sindicato deu início às assembleias com os servidores. A primeira aconteceu no dia 10 de fevereiro, com servidores da Funasa Recife, do Ministério da Saúde, Ageu Magalhães, Sesai e Anvisa.

Abra o Olho inova e faz o maior sucesso na avenida

O desfile do bloco *Abra o Olho* em 2014 superou todas as expectativas. Nesta edição, o “quartel general” da folia foi na própria sede do Sindsep, a partir das 13h. O desfile desse ano antecipou as homenagens às bodas de prata do sindicato, que completou 25 anos de história. A novidade foi a incorporação ao bloco do Rei Momo e da Rainha do *Abra o Olho*, que levou ainda mais alegria para as ruas do Recife. O desfile aconteceu na sexta-feira gorda, dia 28 de fevereiro, dentro da programação da abertura do Carnaval do Recife.



Audiência contra taxaão dos aposentados

Os servidores federais aposentados participaram da audiência pública que aconteceu no dia 19 de fevereiro, na Câmara dos Vereadores, para discutir a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/06. A matéria prevê o fim da contribuição previdenciária dos servidores federais aposentados. O Sindsep e seu Núcleo dos Aposentados participaram da atividade.



▶▶ MARÇO

Sindsep reforça campanha salarial com assembleias nos órgãos federais

Como nos anos anteriores, o Sindsep percorreu os órgãos federais para levar a campanha salarial.

A TV Sindical ficava encarregada de fazer a abertura artística, tendo como mote a pauta de reivindicações da categoria. Na sátira desse ano, os atores foram buscar inspiração na Copa do Mundo, fazendo um paralelo com a luta dos servidores. Após a crítica cultural, o sindicato apresentava os eixos da campanha. Entre os dias 17 de fevereiro e 14 de março, foram mais de 15, abrangendo servidores do Inbra, Fundaj, Agricultura, Ibama, AGU, Fazenda, entre outros órgãos. A seguir, um panorama completo dessas assembleias.



Protesto e homenagens no dia 8 de Março

O Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente em 8 de março, contou com uma série de mobilizações em todos os estados brasileiros, organizada e conduzida por mulheres CUTistas, de movimentos sindicais e feministas. Em Pernambuco, trabalhadoras e trabalhadores, além de estudantes realizaram um ato público no dia 7 de março, na Praça do Derby, área central do Recife, onde lembraram o dia de luta pelos direitos das mulheres. Durante a mobilização, os presentes defenderam a inclusão social da mulher, a valorização do trabalho feminino, igualdade de oportunidades e autonomia feminina. A ação foi organizada pela CUT-PE, através da Secretaria da Mulher Trabalhadora, em parceria com as líderes dos movimentos cutistas e feministas.

Marli Barbosa é homenageada

No dia 28 de março, Marli Barbosa, servidora federal aposentada e atual diretora cultural do Sindsep-PE, foi homenageada no lançamento da 10ª edição do livro *Mulheres que Mudaram a História de Pernambuco*. A décima edição contou com um número maior de homenageados, 58 mulheres pernambucanas, por marcar os dez anos da publicação. Nas demais edições o número de mulheres foram de 30 a 40 mulheres. Apesar de não serem vistas nas mídias tradicionais, são figuras que contribuíram ou contribuem para democracia e mudanças sociais.

Fórum sobre Envelhecimento

A Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), numa parceria com o Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE, deu início, no dia 11 de março, à edição 2014 do *Fórum sobre Questões do Envelhecimento*. Em todas as edições, o Sindsep esteve como parceiro e estimulou a participação de seus associados nas palestras e debates. Esse ano, a temática geral foi Humanismo e Cidadania no Envelhecimento Saudável.



Ato em Brasília para pressionar governo

No dia 19 de março, os servidores federais realizaram um grande ato público em Brasília, para cobrar do governo uma resposta à pauta de reivindicação da categoria, entregue ao Executivo desde fevereiro. Mais de duas mil pessoas participaram da atividade na Esplanada dos Ministérios. Representantes dos servidores foram recebidos pelo secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. O Sindsep enviou ao ato uma delegação representando os servidores federais de Pernambuco.

▶▶ ABRIL



Trabalhadores em torno de uma pauta unificada

A CUT e as demais centrais sindicais estiveram reunidas no dia 9 de abril na 8ª Marcha da Classe Trabalhadora: por mais direito e qualidade de vida. O evento reuniu mais de 40 mil pessoas nas ruas de São Paulo. Os trabalhadores pernambucanos estiveram representados no ato pelo coordenador Geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, e por sua secretária geral, Graça Oliveira, além da diretora de políticas públicas do Sindicato, Lindinere Ferreira. O evento teve início às 9h30, na praça da Sé, e seguiu para a avenida Paulista, sendo encerrado por volta das 13h, no vão do Museu de Arte de São Paulo (MASP).

Interior do Estado se incorpora à campanha salarial 2014

Depois de percorrer a grande maioria dos órgãos federais do Recife e da Região Metropolitana, o Sindsep-PE levou a campanha salarial para o interior do Estado. Os grandes polos regionais receberam a comitiva do sindicato, que apresentou, um a um, os eixos da pauta 2014 dos servidores federais. A direção passou pela Zona da Mata, Norte e Sul, Agreste e Sertão pernambucanos.



Sindicato e Funasa realizam seminários com os cedidos

No dia 2 de abril, Sindsep e Funasa realizaram o último encontro da série de seminários motivacionais voltados para os servidores do órgão cedidos ao Estado e municípios. O encerramento do encontro foi realizado na sede da Funasa, no Recife, e contou com a participação do coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, do superintendente da Funasa, João Henrique, da diretora do Sindsep, Lindinere Ferreira, e do representante da Condsef, José Felipe Pereira. Os seminários também aconteceram nas cidades de Garanhuns, Palmares e Salgueiro.

Sindsep presente no Movimento 28 de Abril

O Sindsep participou das homenagens às vítimas de acidente de trabalho, que começou no dia 23 de abril, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores em Telefonia (Sinttel), com palestras e atividades. A atividade contou com a presença do coordenador geral do Sindsep, Sérgio Goiana, o superintendente regional do Trabalho e Emprego, André Negromonte, a juíza do Trabalho, Patrícia Brandão, o diretor regional da Fundacentro, Maurício Viana, e o secretário geral da CUT, Paulo Rocha.

» MAIO

Paralisação dos servidores da Educação

O mês de maio foi o auge da mobilização dos servidores da Educação, o que gerou uma greve por tempo indeterminado. Da base da Condsef, desde o final de abril os servidores do IF Sertão, Petrolina e Zona Rural aderiram ao movimento. Além da pauta geral dos servidores federais, que inclui itens como a regulamentação da negociação coletiva no setor público e aumento dos benefícios, os trabalhadores da Educação pediam a racionalização dos cargos, paridade na eleição para a escolha de reitor e 30 horas semanais para os técnicos administrativos.

**Cultura também pressiona**

Os técnicos administrativos do Ministério da Cultura realizaram paralisações de advertência para cobrar a reestruturação do plano de cargos, criado em 2009, mas que não passa de uma tabela salarial. Os servidores da Cultura, em Pernambuco, não aderiram à greve nacional deflagrada no dia 12 de maio, mas ficaram mobilizados e fizeram paralisações esporádicas. O setor exigia também gratificações de titulação e qualificação e equiparação salarial com outros órgãos ligados ao Ministério da Cultura, como a Casa Rui Barbosa.

**As bodas de prata do Sindsep-PE**

Uma comemoração modesta, mas à altura de uma boda de prata de uma entidade que tem muita história para contar. Assim foi a festa em homenagem aos 25 anos do Sindsep-PE, realizada no dia 9 de maio. O evento aconteceu na sede do sindicato, reformada e reinaugurada naquela ocasião. Na reinauguração das novas instalações, o Sindsep apresentou uma galeria de placas com os nomes de todas as diretorias que passaram pelo sindicato, desde 1989.

**Uma semana inteira dedicada ao trabalhador**

Em 2014, a comemoração do Dia do Trabalhador em Pernambuco foi diferenciada. A festividade iniciou no dia 28 de abril, com a palestra *Reforma do sistema político: plebiscito popular por uma constituinte exclusiva*, na Faculdade de Direito do Recife, e terminou no dia 1º de maio, com uma grande passeata pelo centro da cidade.

A semana do trabalhador foi organizada pela CUT, em parceria com os movimentos sociais. O auge da comemoração foi a passeata nas ruas do Recife que reuniu centenas de pessoas e relembrou a história do Dia do Trabalhador. O ponto de encontro da caminhada foi na rua da Aurora, em frente ao monumento Tortura Nunca Mais, antes da partida houve apresentação cultural lembrando os 50 anos do golpe militar. A secretária geral do Sindsep Graça Oliveira participou de todo o evento junto com os diretores Ricardo Rocha, Reginaldo Abreu, Vilma Maria, Sebastião Ferreira e Criginaldo José. Pelo Núcleo dos Aposentados participaram Nadja Urt e Orlando Augusto.

**Aniversário do Sindsep-PE em Palmares**

No dia 23 de maio, o Sindsep comemorou seus 25 anos com os servidores da Mata Sul do Estado. A festa, organizada pela diretora de base do sindicato na região, Carmem Santana, aconteceu no salão do Rotary Club de Palmares. A distância não impediu que servidores de municípios próximos como Amaragi, Xexeu, Quipapá, Água Preta, Ribeirão e Primavera participassem desse momento de descontração e confraternização. A animação ficou por conta da banda Júnior Arraso.

» JUNHO

Chapa única na eleição do Sindicato

Nos dias 2, 3 e 4 de junho, o Sindsep-PE realizou eleições para escolha da sua nova diretoria, que ficará à frente da entidade no triênio 2014-2017. Um total de 2.465 servidores filiados compareceram às urnas para deixar o seu voto. Todo esse esforço valeu a pena. No dia 5 de junho foi anunciado que a única chapa *Novos Desafios, Novos Caminhos* ganhou a votação para a nova diretoria do Sindsep-PE com 95% dos votos válidos. Menos de 1% votou nulo e apenas 3,16% votaram em branco. No dia 28 de outubro a direção eleita tomou posse.

Petrolina comemora bodas de prata do sindicato

No dia 13 de junho, o forró pé-de-serra tomou conta do Clube da Vila dos Sargentos, em Petrolina, quando os servidores federais do Sertão comemoraram os 25 anos do Sindsep-PE. A festa foi comandada por Ivan do Acordeon e Banda e foi regada a muita comida junina, antecipando os festejos de São João.

**Copa do Mundo com mobilização**

Prestes a começar os jogos da Copa do Mundo, vários setores do serviço público federal realizaram atividades para denunciar a falta de compromisso do governo com a categoria. No dia 11 de junho, véspera do início do mundial, o Sindsep-PE realizou uma panfletagem na estação central do metrô do Recife, para informar à população a real situação do serviço público e do funcionalismo. Na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), os servidores paralisaram por duas horas o atendimento. A Funasa de Limoeiro também realizou atividade, com paralisação de 24 horas. O slogan das três atividades foi *Queremos Copa, mas queremos serviço público de qualidade*.

Sociedade civil na luta pelo direito à cidade

O mês de junho foi recheado de protestos dos movimentos sociais a favor do direito à cidade. No dia 17 de junho, o Batalhão de Choque de Pernambuco expulsou com violência os manifestantes que ocupavam os galpões do Cais José Estelita, que resistiam à construção do projeto Novo Recife, um complexo imobiliário formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, G.L. Os militantes estavam acampados no local desde maio, com o objetivo de impedir a construção do empreendimento, cuja proposta é construir 12 torres com 40 andares e um estacionamento para cinco mil carros, inviabilizando ainda mais o centro do Recife. Após a expulsão violenta, os manifestantes não desistiram e ocuparam a parte inferior do viaduto Capitão Temudo, dividindo espaço com moradores de rua.

▶▶ JULHO

Sindsep-PE instala comitê em prol da reforma política

A campanha do plebiscito popular por uma reforma no sistema político teve total apoio da direção do Sindsep-PE. Para oficializar seu engajamento na campanha, a entidade lançou, no dia 24 de julho, um comitê específico para servidores federais em prol do plebiscito, que contou com palestra do cientista político e professor da UFPE, Michael Zaidan. O comitê foi um sucesso com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal (Sintrajuf). Durante os dias 1º e 7 de setembro, 48 urnas percorreram órgãos federais do Recife e interior do Estado para coleta dos votos, além de urnas fixas na sede e nas subseções do sindicato.

**Ministério do Trabalho pode ser descentralizado**

O Sindsep-PE denunciou o descaso do governo com os servidores do Ministério do Trabalho (MTE). Além dos baixos salários, de uma alta rotatividade entre seus servidores, os trabalhadores do órgão ainda se deparam com uma estrutura precária. Internet de baixa qualidade, equipamentos obsoletos e, principalmente, mão-de-obra reduzida. Mesmo com todo esse cenário, o governo ainda quer criar o Sistema Único de Trabalho (SUT) e repassar aos estados e municípios as atribuições das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs), assim como funciona o Sistema Único de Saúde. No dia 16 de julho, em Brasília, o secretário executivo do MTE, Nilton Fraiberg, recebeu uma comissão da Condsef e de servidores do ministério para discutir a proposta do SUT, um tema de muita preocupação por parte dos servidores. Ele começou falando que a ideia não quer desagregar, nem afetar a estrutura física e pessoal do órgão. Disse que antes de enviar a proposta para apreciação do Congresso Nacional, o projeto poderá sofrer alterações a partir das sugestões das entidades e dos próprios servidores.

**Ato para divulgar plebiscito popular**

No dia 7 de julho, o Sindsep-PE participou do ato público, na praça do Diário, para divulgar a campanha do plebiscito da reforma política. A ideia foi despertar a sociedade sobre a necessidade de se realizar uma reforma política no país. A manifestação contou com panfletagem e exposição de faixas e cartazes. "O servidor público tem que despertar para essa realidade e fazer mobilizações nos órgãos. Não podemos aceitar que a maioria dos representantes sejam eleitos pelo poder econômico. É preciso eleger pessoas que retratem a realidade da sociedade brasileira e não só do poder dominante", alertou, na ocasião, a coordenadora geral do Sindsep-PE em exercício, Graça Oliveira.

Sindsep-PE participa de debate com concursados da Sudene

No início de julho, novos concursados da Sudene receberam as boas vindas do Sindsep-PE, representado pela coordenadora geral em exercício Graça Oliveira. A iniciativa partiu do setor de Recursos Humanos da Sudene, que reconheceu a importância de os novos servidores conhecerem a história e o papel de seu sindicato.

**Fórum dos Federais entrega documento a Dilma**

No dia 31 de julho, servidores federais presentes na 14ª Plenária Nacional da CUT participaram de uma solenidade com a presidenta e candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Em nome dos servidores públicos, o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, os diretores da Condsef, Sérgio Ronaldo e Pedro Armengol, e José Carlos de Oliveira, do Sindsep-PE entregaram à presidenta a Plataforma da Classe Trabalhadora, juntamente com o documento dos servidores federais, que elencava os principais eixos da pauta de reivindicação do funcionalismo e apresentava propostas para o serviço público. Entre pontos defendidos pela categoria estava a regulamentação da negociação coletiva, direito de greve, liberdade e organização sindical, valorização do servidor, condições de trabalho e investimento no serviço público.

Os 25 anos do Sindsep-PE em Vitória

O Sindsep-PE teve o ano de 2014 recheado de comemorações pelos seus 25 anos. No dia 27 de julho, mais uma comemoração pelas bodas de prata da entidade aconteceu no município de Vitória de Santo Antão. Foi realizada uma festa no Clube de Campo da Asserfesa, com direito a feijoada, churrasco, caldinhos, frios e buchada. O bolo era temático e decorado nas cores do Sindsep: vermelho e branco. A coordenadora em exercício, Graça Oliveira, foi prestigiar o evento com os diretores Felipe Pereira, Sebastião Freitas, Criginaldo Vieira, Chico Barbosa e Reginaldo Abreu. Ramilson Matos, diretor territorial de base de Vitória, recebeu com entusiasmo a todos e lembrou a importância do sindicato.



▶▶ AGOSTO

Ato lembra luta dos trabalhadores no regime militar

O Sindsep-PE participou do Ato Unitário sobre os Crimes da Ditadura contra a Classe Trabalhadora, realizado no dia 22 de agosto, no Sindicato dos Bancários. A atividade já tinha acontecido também em vários estados brasileiros, no sentido de resgatar e recontar a história de resistência da classe trabalhadora ao golpe de 1964. Além dos depoimentos, outros momentos emocionantes do Ato Unitário foram os vídeos exibidos. Logo no início, um documentário sobre os 30 anos da anistia trouxe à tona a violência do Estado autoritário, mostrando prisões, a resistência nas ruas, reportagens e documentos, um apanhado desde o golpe até a abertura política, consolidada com a anistia ampla, geral e irrestrita.

**Mais fôlego para o plebiscito da reforma política**

No dia 12 de agosto, o Dia Nacional de Luta por uma Constituinte Exclusiva e Soberana em prol da Reforma do Sistema Político Brasileiro, o Sindsep, em parceria com o Sintrajuf, realizou um ato público em frente ao prédio da Sudene. A panfletagem e o carro de som foram instrumentos de luta para chamar a atenção dos servidores dos órgãos que funcionam no local. À tarde, a direção do Sindsep também participou de uma passeata no centro do Recife, organizada pelo Comitê Regional do Plebiscito em Pernambuco. No final da tarde os manifestantes seguiram do parque 13 de Maio até a praça do Diário, onde foi realizado um ato público. No dia 16 de agosto, aconteceu o Curso dos Mil, em Caruaru, para preparar os voluntários para organizar o plebiscito.

▶▶ SETEMBRO



MTE na luta contra o SUT

No dia 15 de setembro, o Sindsep-PE realizou um protesto contra a criação do Sistema Único do Trabalho (SUT), dentro da programação do Dia Nacional de Lutas dos servidores do MTE. A atividade aconteceu em frente à sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Servidores e sindicalistas falaram sobre os problemas enfrentados pelo órgão, ressaltando que com o SUT a situação pode piorar ainda mais. Para José Carlos de Oliveira, diretor do Sindsep e funcionário do SRTE-PE, o projeto, rejeitado pelos servidores, deveria ter sido debatido com o setor, bem como com a sociedade brasileira.

Quase 8 milhões de pessoas disseram sim à reforma política

Em entrevista coletiva realizada no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, no dia 24 de setembro, a Secretaria Nacional do Plebiscito da Reforma Política, divulgou o resultado oficial da votação. Das quase 7.754.436 pessoas que participaram, 97,5% disseram sim à reforma política. Do total de votos válidos apenas 2,57% disseram não.

O pré-sal é Nosso

Sindsep-PE participou, no dia 15 de setembro, de uma manifestação, em frente ao prédio da Petrobras, em Boa Viagem, a favor do pré-sal e da Petrobras. A luta contra a exploração do pré-sal por multinacionais ocorreu em todo o país. Para alcançar seus objetivos durante a campanha eleitoral para presidente alguns partidos sinalizaram que iriam priorizar as multinacionais na exploração do pré-sal. Um erro absurdo que pode levar o Brasil a perder todo o seu investimento em pesquisas e estudos. "Existem interesses escusos nessa campanha negativa, algo parecido com o que aconteceu com a Vale do Rio Doce, que acabou privatizada e hoje é uma das empresas mais lucrativas do país", lembrou, na ocasião, Graça Oliveira, na época, coordenadora geral em exercício do Sindsep-PE.



Grito dos Excluídos cobra participação popular

Com o tema *Ocupar ruas e praças por liberdade e direitos*, centenas de pessoas acompanharam o desfile do 20º Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro. A edição desse ano teve como diferencial o encerramento da votação do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. A direção do Sindsep-PE participou da atividade. Dois dias antes, no dia 5 de setembro, o sindicato também se fez presente no pré-Grito, na praça da Independência, centro do Recife, representado pela diretora Vilma Maria. A população foi convidada a participar do Grito no domingo seguinte.

▶▶ OUTUBRO

Após eleição, Goiana reassume Sindsep-PE

No dia 6 de outubro, Sérgio Goiana reassumiu a Coordenação Geral do Sindsep-PE, depois de quatro meses afastado do cargo para concorrer às eleições 2014. Goiana disputou uma vaga de deputado estadual e obteve quase 10 mil votos, ficando entre os suplentes do Partido dos Trabalhadores. No dia 27 de outubro, ele repassou o cargo para a nova direção do sindicato.



Sindsep-PE arrecada 3.861 votos para o plebiscito

Os servidores federais deram um show de democracia na votação do plebiscito popular da reforma política. O Sindsep colheu um total de 3.861 votos, entre servidores do Recife e do interior. A meta inicial era de 2,5 mil votos. Com muita dedicação e força esse número foi ultrapassado. Durante uma semana, 38 urnas foram espalhadas pela sede do sindicato, nas subseções da entidade, na Associação da Vila do Ipsep e órgãos da capital e do interior do estado. Em Palmares para informar melhor sobre o plebiscito, no dia 5 de setembro, a Diretoria Territorial de Base do Sindsep-PE e, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra e a organização não governamental Tecendo Cidadania realizou uma palestra para discutir sobre o sistema político. Graça Oliveira, coordenadora geral em exercício do Sindsep-PE foi uma das palestrantes.

Condsef negocia horas não trabalhadas na Copa

De forma administrativa, a Condsef conseguiu que os servidores federais não pagassem as horas que deixaram de trabalhar devido aos jogos da Copa do Mundo. A Segep lançou uma portaria, que trata da reposição das horas dos jogos da Copa do Mundo, contrariando um comunicado que o MPOG tinha divulgado anteriormente. No dia 3 de abril, o MPOG estabeleceu 12h30 como o horário de encerramento do expediente nos órgãos nos dias de jogos da seleção brasileira, e que nas cidades sedes dos jogos fossem observados os feriados, pontos facultativos e redução de expedientes estabelecidos pelo poderes públicos municipal, estadual ou distrital. Não foi colocada em pauta a necessidade de reposição dessas horas. Por isso a Condsef enviou, no dia 1º de setembro, um ofício a todos os dirigentes de órgãos da administração pública federal solicitando o cumprimento da portaria do MPOG, para que os servidores não compensassem as horas. Uma vitória para todos os servidores.

Plataforma dos servidores para Dilma Rousseff

Após o resultado do primeiro turno eleitoral, a Condsef reenviou a plataforma dos servidores federais para a presidenta e candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Entre as propostas contidas no documento estavam a democratização das relações de trabalho e direitos sindicais; regulamentação da negociação coletiva; direito de greve; ascensão funcional; realização de concurso público; uma política administrativa, com capacitação e qualificação; data-base para 1º de maio; e adoção de uma política salarial permanente com correção das distorções.

Comitê estadual avalia plebiscito da reforma política

O Sindsep-PE sediou, no dia 8 de outubro, a plenária estadual do comitê do plebiscito da reforma política. As entidades que participaram do plebiscito em setembro fizeram uma avaliação e aprovaram os encaminhamentos da campanha. Na ocasião, foram escolhidos representantes para participar, em Brasília, da entrega do resultado da votação à Presidência da República, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal.



OUTUBRO



Nova direção do Sindsep toma posse

No início da noite do dia 27 de outubro, o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana, fez a transmissão de cargo para a nova direção do sindicato, eleita em junho passado. Graça Oliveira assumiu a Coordenação Geral da entidade, ao lado de José Carlos de Oliveira, o novo secretário geral. No dia 28, a direção iniciou um mandato de três anos, até outubro de 2017.



Servidores da Saúde em PE ganham mesa de negociação

No dia 30 de outubro, foi instalada, em Pernambuco, a Mesa Estadual dos Servidores da Saúde, composta por 24 membros, entre titulares e suplentes. Doze representam o governo federal e os outros 12 são da bancada sindical, representada por seis indicados pelo Sindsep-PE e seis pelo Sindicato dos Previdenciários de Pernambuco (Sindsprev). A solenidade de instalação da mesa aconteceu no prédio da Sudene, no Engenho do Meio, e contou com a participação tanto da bancada governamental quanto sindical. Pelo Sindsep fazem parte da Mesa Estadual Lindinere Ferreira, José Felipe, José Marcos, Francisco Barbosa, Ramilson Matos e José Ribeiro.



CDE discute campanha salarial 2015

No dia 9 de outubro, a Condsef realizou mais uma reunião do seu Conselho Deliberativo de Entidade (CDE). As entidades que participaram da atividade, entre elas o Sindsep-PE, definiram um calendário visando à campanha salarial de 2015, plenárias setoriais e seminários com os servidores federais.

Judicialização de greve em pauta

Presente no Encontro Jurídico da Condsef, nos dias 17 e 18 de outubro, o Sindsep-PE apresentou a proposta de denunciar à Organização Internacional do Trabalho (OIT) a judicialização da greve no serviço público. Foi proposto que os sindicatos fariam um levantamento nos estados para saber onde existem ações que impedem o exercício da greve e a partir daí conseguir cópia desses processos para subsidiar a denúncia. A denúncia também deve ser feita à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Ministério Público. No encontro também foram abordados temas como aposentadoria especial, paridade, organização sindical, representatividade, Gacen (gratificação dos servidores do Ministério da Saúde), gratificações de desempenho, reajuste dos benefícios (tíquete alimentação, auxílio transporte e contrapartida do plano de saúde).



NOVEMBRO

Assembleias nos órgãos federais

No dia 3 de novembro, o Sindsep-PE deu início a uma série de assembleias para eleger representantes de Pernambuco para as atividades que a Condsef realizaria entre os dias 21 e 23 de novembro, em Goiás. Entre as atividades estavam encontros setoriais e plenária nacional da Condsef.



Dois atos, no Derby, em defesa da reforma política

Novembro foi um mês dedicado à luta pelo plebiscito da reforma política. No dia 4, o Sindsep-PE se uniu às outras várias entidades da sociedade civil em um ato público, na praça do Derby. Os manifestantes fizeram uma grande panfletagem na avenida Agamenon Magalhães, uma das vias mais movimentadas no Recife. Eles queriam chamar atenção dos motoristas e dos transeuntes e convencê-los da necessidade da participação da sociedade na discussão da reforma política, por meio de um plebiscito popular. A atividade se repetiu no dia 13, no mesmo local. Ainda mais gente compareceu ao ato em defesa de uma constituinte exclusiva e soberana da reforma política.

Pressão pós-eleitoral dos servidores

A Condsef e representantes do governo voltaram a se reunir para discutir as pautas que ficaram pendentes por conta do período eleitoral. Na pauta, pontos como extensão dos reajustes das carreiras transversais (Lei 12.277) a todas as carreiras e níveis; mudança na avaliação de desempenho dos aposentados e pensionistas, que passaria a ser com base na média dos cinco últimos anos; inclusão dos servidores do PGPE do Ministério da Defesa na Carreira de Tecnologia Militar; reestruturação da Carreira do Dnit; inclusão dos ex-anistiados no Regime Jurídico Único (RJU); e concessão do reajuste de 2012, no índice de 15,8%, a aposentados de vários setores do Executivo. O Ministério do Planejamento alegou que não tinha como atender às reivindicações por conta do fim da atual gestão.

Reunião do Fórum dos Servidores

Entre os dias 14 e 16 de novembro, o Fórum Nacional de Servidores Federais realizou um seminário para discutir a campanha salarial 2015. O evento aconteceu em Brasília e reuniu mais de 30 entidades nacionais da categoria. As entidades ratificaram a pauta dos vários setores que o governo ainda não atendeu e discutiram a necessidade de ampliar a pressão sobre o governo em 2015 por meio da realização de mais atos públicos em Brasília, inclusive cobrando a negociação das demandas emergenciais, conforme prometido pela presidenta Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral. As entidades nacionais do funcionalismo federal também deliberaram por ampliar a mobilização por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político. No fórum também foi feito o esboço de um calendário de mobilizações para o início do ano que vem. As datas serão remetidas à base de cada uma das entidades nacionais.



Posse festiva da nova direção na AABB

O salão da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) foi pequena para a multidão que foi prestigiar a posse festiva da nova direção do Sindsep-PE, na noite do dia 14 de novembro. Servidores, políticos, representantes dos movimentos sociais foram ao local desejar boa sorte à nova gestão, comandada por Graça Oliveira e José Carlos Oliveira, coordenadora e secretário geral, respectivamente, que ficará à frente da entidade até 2017.

▶▶ NOVEMBRO

Seminário Intoxicados

Representantes de servidores do Ministério da Saúde e da Funasa de 26 estados participaram, no dia 19 de novembro, em Brasília, do Seminário Nacional dos Intoxicados, realizado pela Condsef. Na atividade, foi apresentado um levantamento das matérias que tramitam no Congresso e podem ajudar os trabalhadores do Ministério da Saúde que adoceram em decorrência do uso de venenos como o DDT e BHC. A ideia é pressionar deputados e senadores a aprovarem esses projetos o mais rápido possível. Outro encaminhamento que saiu do seminário foi a retomada, depois de 15 anos, dos exames periódicos dos servidores do ministério, inclusive os cedidos a estados e municípios. Esse avanço só foi possível graças a um convênio firmado entre o governo e a Geap.

**Conselho Estadual de Saúde em favor do Hemope**

O Sindsep-PE teve uma participação atuante na reunião do Conselho Estadual de Saúde de Pernambuco (CES-PE), realizada no dia 12 de novembro. A delegada de base do sindicato, Neide Pereira, representou o sindicato no evento. A reunião desaprovou a decisão do Governo do Estado em transferir o serviço de onco-hematologia de adultos da Fundação Hemope para o Hospital do Câncer de Pernambuco (HCP). Foram 17 votos contra a transferência e apenas três votos a favor. "O Conselho tomou essa decisão porque entendeu que o Hemope é uma referência nacional dentro da política da onco-hematologia e tem estrutura e profissionais competentes para isso. Além disso, os usuários estavam satisfeitos com o atendimento", destacou Neide Pereira. "O objetivo é ampliar o número de pessoas assistidas", conta o diretor do Sindsep-PE e servidor do Ministério da Saúde, Chico Barbosa, outro representante do sindicato no CES.

**Pauta 2015 dos servidores federais já está pronta**

A Condsef encerrou a programação 2014, com uma ampla plenária nacional, realizada nos dias 22 e 23 de novembro, em Luziânia, Goiás. Na pauta, a campanha salarial 2015. Representantes dos servidores federais de todos os estados brasileiros participaram da atividade e elencaram as prioridades para o ano que vem. A regulamentação da negociação coletiva no setor público continua sendo prioridade, assim como a paridade entre ativos e aposentados e a luta por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas históricas. Além disso, estão na pauta data-base em 1º de maio; isonomia dos benefícios com o Judiciário, Legislativo e Ministério Público da União; retirada, do Congresso Nacional, das matérias prejudiciais aos servidores e ao serviço público, bem como aprovação das matérias que beneficiam o setor; extensão dos reajustes das carreiras transversais (Lei 12.277/10) a todas as carreiras e níveis; incorporação de todas as gratificações e manutenção das negociações específicas.

▶▶ DEZEMBRO

PLP 549/09 é arquivado no Congresso

No dia 2 de dezembro, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09 foi arquivado. A matéria limita o aumento da despesa com pessoal, num período de dez anos, à reposição da inflação e mais 2,5% ou a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Isso representa uma vitória para os servidores e o serviço público. Na Câmara dos Deputados, a matéria foi rejeitada pelas comissões de Trabalho e de Administração Pública; Finanças e Tributação; e Constituição, Justiça e de Cidadania. Apesar dessa vitória existem outros projetos prejudiciais, como o PLP 248/98, que prevê a demissão do servidor por insuficiência de desempenho, baseada na avaliação realizada pelos gestores. Outra matéria danosa é o PLP 92/07. O projeto regulamenta a criação de fundações estatais de direitos privados, uma espécie de terceirização do serviço público. Além desses, existe a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estabelece que os servidores federais aposentados devam ter o mesmo reajuste dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do INSS.

Condsef se reúne com equipe de transição

No último dia 3, a Condsef se reuniu com a equipe de transição do governo para cobrar atendimento às demandas emergenciais do funcionalismo federal. O grupo se mostrou disposto a dialogar e se comprometeu em encaminhar a pauta à equipe que será responsável por pensar as políticas públicas deste novo mandato. Na reunião, a Condsef também cobrou do governo a discussão da agenda positiva da Frente em Defesa dos Servidores Federais, proposta por Dilma Rousseff, no segundo turno das eleições. Também no dia 3, a Condsef se reuniu com o ministro da Defesa, Celso Amorim, para discutir demandas setoriais do Ministério, entre elas, a inclusão dos servidores administrativos do PGPE no Plano de Cargos da Tecnologia Militar (PCCTM). Amorim garantiu que, caso permaneça na pasta, essa reivindicação será uma prioridade em 2015. Além da inclusão dos PGPEs na PCCTM, a Condsef solicitou apoio ao ministro para a extensão dos reajustes das carreiras transversais (Lei 12.277/10) aos servidores de todas as carreiras e níveis.

Centrais sindicais se reúnem com Dilma

Seguindo a linha do primeiro discurso que proferiu após ser reeleita, a presidenta Dilma Rousseff sinalizou para o diálogo com os trabalhadores em seu segundo mandato. Em audiência no dia 8 de dezembro, com representantes das principais centrais sindicais, Dilma se comprometeu em analisar a pauta da classe trabalhadora, que tramita no Congresso Nacional desde março de 2013. Ela garantiu manter as políticas públicas de geração de emprego e renda e a política de valorização do salário mínimo. Uma das maiores demandas dos servidores federais, a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - que trata da negociação coletiva no setor público - será discutida em um fórum específico, assim como o fator previdenciário. A presidenta disse que irá criar uma mesa de negociação permanente para discutir e apontar alternativas para essas duas pautas. Entre essas demandas da classe trabalhadora estão uma política salarial para o setor público; isonomia entre benefícios pagos aos servidores dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; incorporação às aposentadorias da média dos valores das gratificações dadas aos salários nos cinco anos anteriores à saída do funcionário da ativa; paridade entre ativos e aposentados; cumprimento dos acordos firmados e que ainda continuam pendentes, entre outros pontos.

**Assembleias importantes no mês de dezembro**

Durante o mês de dezembro, a direção do Sindsep-PE realizou uma série de assembleias para repassar à base os informes dos encontros setoriais da Condsef, realizados no dia 21 de novembro, em Luziânia, Goiás, e da plenária nacional da entidade, ocorrida nos dias 22 e 23 do mesmo mês. Essas reuniões contaram com a participação dos delegados eleitos nos órgãos para representar os colegas nesses eventos de âmbito nacional. Além dessas assembleias, no dia 15 de dezembro, a direção do Sindsep-PE realizou uma assembleia geral extraordinária, no auditório da sede. A pauta dessa vez foi diferente. O objetivo foi consultar a base sobre a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e escolher dois representantes do sindicato para participar da fundação da nova entidade, em Brasília, em janeiro de 2015.



2014 FICOU PARA TRÁS. Agora é olhar para 2015



APÓS A RETROSPECTIVA, QUE RESGATOU OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO ANO, CHEGOU A VEZ DE LIDERANÇAS SINDICAIS SE POSICIONAREM, FAZENDO UMA AVALIAÇÃO DE 2014 E TRAÇANDO POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA 2015. CONFIRA A SEGUIR, A OPINIÃO DO PRESIDENTE NACIONAL DA CUT, WAGNER FREITAS, QUE FALA PELA CLASSE TRABALHADORA COMO UM TODO; DO SECRETÁRIO GERAL DA CONDSEF, SÉRGIO RONALDO, QUE SE VOLTA ESPECIFICAMENTE PARA OS SERVIDORES FEDERAIS; E DA COORDENADORA GERAL DO SINDSEP-PE, GRAÇA OLIVEIRA, QUE FAZ UM RESGATE DA LUTA DO FUNCIONALISMO E DO MOVIMENTO SINDICAL EM PERNAMBUCO EM 2014. OS SINDICALISTAS TAMBÉM FAZEM UMA PREVISÃO PARA 2015.

2014

“Conquistamos algumas vitórias, como a geração de mais empregos e aumentos reais. Depois de 15 anos de tramitação no Congresso Nacional e de muita pressão, foi aprovada a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do trabalho escravo, que permite a expropriação de terras, urbanas e rurais, onde haja trabalho análogo à escravidão. Não podemos esquecer que conquistamos também, com a determinação da nossa militância, a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Isso significa que, desde 2002, estamos elegendo um representante do projeto democrático e popular que defendemos para o país. Além disso, 2014, ao contrário do que vem ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos desde 2008, não foi um ano de desemprego em massa no Brasil. A taxa de desemprego do IBGE de setembro foi a menor dos últimos doze anos. A vontade política do governo, aliada à unidade e capacidade de organização e mobilização do movimento sindical, em especial da CUT, trouxe proteção para várias categorias por meio de normas ou atos legais. Porém, a pauta da classe trabalhadora, entregue à presidenta Dilma Rousseff e aos presidentes da Câmara e do Senado depois da marcha dos 50 mil em Brasília, em 2012, até agora não foi discutida. Apesar da pressão e mobilização que fizemos, continuam parados no governo e no Congresso Nacional os debates e negociações sobre o fim do fator previdenciário; a manutenção da política de valorização do salário mínimo; regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que normatiza o direito de negociação dos servidores públicos; a correção da tabela do Imposto de Renda; reforma agrária e políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Além da redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário; reforma tributária, reforma política e a regulação dos meios de comunicação.”

2015

“Esperamos que o governo priorize a retomada do desenvolvimento econômico e sustentável, com justiça e inclusão social, preservação dos empregos e dos salários e geração de mais emprego decente, reduzindo a precarização das relações de trabalho. Nenhum debate ou medida econômica pode ignorar a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, inclusive investindo na valorização dos servidores e dos serviços públicos, como saúde, educação, habitação, saneamento básico e mobilidade urbana. O diálogo e a negociação são essenciais para avançarmos tanto nas questões econômicas quanto nas sociais e trabalhistas. É por meio do diálogo que queremos apontar soluções e buscar consensos para aprovação da pauta da classe trabalhadora. É inadmissível que depois de mais de 12 anos elegendo e reelegendo um projeto de transformação social não consigamos resolver questões cruciais para a classe trabalhadora, como o fim do fator previdenciário, o direito de negociação e greve dos companheiros e companheiras do setor público e o problema do campo, com uma ampla reforma agrária e a valorização da agricultura familiar.”

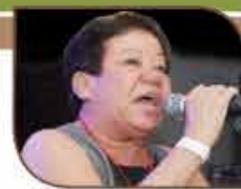




ENTREVISTA

Sérgio Ronaldo

Secretário Geral da Condsef



ENTREVISTA

Graça Oliveira

Coordenadora geral do Sindsep-PE

2014

Este foi um ano difícil. Amargamos um processo de negociações que desde agosto de 2012 não tem avançado. A falta de resultados e o não cumprimento por parte do governo de uma série de acordos firmados, após a grande greve geral que mobilizou os servidores do Executivo em 2012, vem gerando enorme frustração entre a categoria. Sem diálogo, 2014 termina como um ano ruim e que deve ser apagado da memória, mas que deixa, apesar de tudo, a certeza de que a luta, unidade e mobilização permanentes dos servidores devem ser fortalecidas. Durante a campanha eleitoral que marcou este ano, uma frente formada por entidades, entre elas a CUT e a Condsef, conseguiu que a presidenta reeleita, Dilma Rousseff, firmasse uma agenda propositiva com onze pontos de reivindicação considerados urgentes para a maioria dos servidores federais. Entre esses pontos está a definição de uma política salarial para o setor público, busca pela isonomia de benefícios, como auxílio-alimentação, mudanças importantes em regras de aposentadoria, entre outros. A ausência de uma relação de negociação confiável com o governo gera ainda a necessidade de um debate franco e de luta para que, de forma definitiva, os servidores conquistem o direito à negociação coletiva. Esse, inclusive, deve ser um dos carros-chefes de nossa campanha salarial 2015 que já está sendo discutida e organizada pelo fórum de 31 entidades unidas em defesa dos servidores e dos serviços públicos.

2015

Nossa perspectiva é de que a presidenta Dilma construa uma relação melhor com os movimentos sindicais e sociais e desenvolva um olhar atento para o segmento da população brasileira que foi fundamental para a conquista de sua reeleição. Foram os movimentos populares que fizeram a diferença nesta, que foi a mais acirrada das eleições da história de nossa democracia. O que se espera desse cenário é que a agenda derrotada nas urnas não seja aquela a ser conduzida como prioridade pelo governo. O anúncio da nova equipe econômica do governo veio acompanhado do velho discurso da necessidade de arrocho e controle dos gastos públicos. No primeiro pronunciamento como ministro da Fazenda, Joaquim Levy declarou que terá autonomia para alcançar metas de superávit primário que na prática significam enxugar gastos, um velho discurso já conhecido pelos servidores, mas que não será tolerado pela categoria. Servidor não é toalha. Não vamos aceitar que o setor que necessita de investimentos para avançar no atendimento à população seja usado para enxugar gastos. A expectativa das entidades reunidas no fórum em defesa dos servidores e serviços públicos, entre elas a Condsef, é de que o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff abra espaço para um maior diálogo entre servidores e governo. A necessidade de recorrer a paralisações de atividades nunca está descartada do cenário. No entanto, nossa intenção é a de que o diálogo possa assegurar os avanços mais urgentes demandados pelo setor. Nessa perspectiva, o fórum já está se reunindo e discutindo as principais demandas e ações que vão conduzir a luta dos servidores federais durante a Campanha Salarial Unificada 2015. A agenda propositiva de compromissos assumidos por Dilma durante a campanha eleitoral de 2014 será um dos principais argumentos na busca do diálogo com o governo. Esperamos que a presidenta tenha entendido que sua reeleição dependeu essencialmente da parte da sociedade que demanda um Estado forte e comprometido com a população. Portanto, em 2015 e nos próximos anos desse segundo mandato continuaremos incansáveis na defesa e luta por servidores valorizados e serviços públicos de qualidade para o Brasil.



2014

Olhando do ponto de vista das negociações não foi um bom ano. Houve muitas rodadas de negociações, mas pouco resultado. Foi um ano atípico. Copa do Mundo, logo em seguida as eleições, que precisou do envolvimento dos trabalhadores na escolha entre duas propostas e não poderíamos retroceder no que já se havia conquistado. Mas, 2014 deixou muito a desejar em termos de negociações, o que já era de se esperar. Contudo, não foi em vão. Os momentos de abertura de negociações foram positivos: se por um lado não conseguimos ganhos efetivos, por outro forçamos a barra, arrancamos a negociação e firmamos compromisso com o governo para discutir nossas pendências, como, por exemplo, a extensão da Lei 12.277 (criou as carreiras transversais). Por fim, levamos nossa pauta à presidente Dilma, que se comprometeu em dialogar conosco em 2015, principalmente a regulamentação da negociação coletiva, que, para nós, é crucial. As pessoas precisam entender que os avanços dentro de um processo negocial não significam somente reposições e aumentos reais. Eles são importantes, mas precisamos ter uma política de Estado, como a negociação coletiva, porque através dela teremos a data-base, ou seja, uma data legal para os reajustes dos salários, por meio de um contrato coletivo. Isso sem dúvida será um grande avanço.

2015

Se nós olharmos para a realidade, existe uma crise social, política e econômica. O modelo neoliberal está esgotado, pois não cabe mais um modelo que coloca a questão da recessão, do arrocho salarial. O que está acontecendo na Europa ameaça chegar ao Brasil. O projeto popular vitorioso está aí, mas a oposição não quer aceitar a derrota e, sim, reimplantar o modelo neoliberal que tivemos na década de 1990, com mais maldades, um modelo ultrapassado, como evidencia a crise que se instalou em países europeus, como Itália e Espanha. Os trabalhadores lutam para recuperar seus salários e os aposentados tiveram seus benefícios cortados pela metade. Isso em países de bem-estar social. Então, a perspectiva para 2015 pode não ser das melhores. No entanto, se os trabalhadores lutarem, se manifestarem, ouvirem os chamados dos sindicatos, poderemos avançar. Nada foi fácil nem nunca será. É só olhar o Congresso Nacional eleito e que assumirá a partir de 2015, considerado bastante conservador, o mais conservador desde a ditadura militar. Nossa bancada sindical diminuiu, a bancada dos trabalhadores de uma forma geral diminuiu. Nós temos no Congresso uma série de empresários, de vários segmentos. Os ruralistas também aumentaram. Então, realmente não será fácil. Por isso, nós precisamos estar na rua o tempo inteiro. Precisamos de mais educação, melhores salários, mais saúde, enfim, de um serviço público de qualidade para ser oferecido à população. Pagamos impostos e isso deve ser revertido em benefícios, principalmente para os que mais precisam, que ainda não saíram da linha da pobreza. 2015 será um ano difícil, mas podemos superá-lo, não há nada que a luta não possa melhorar.





Crise de legitimidade nas **INSTITUIÇÕES**

“

O povo tem que se tornar partícipe. Tem que existir um maior envolvimento e mobilização pela busca de mudanças”



Passados quase 30 anos da redemocratização do país – depois de 21 anos de regime militar –, a democracia brasileira ainda caminha lentamente, apesar de a população hoje estar mais ciente de seus direitos e cada vez mais consciente da importância da sua participação nos destinos do país. As jornadas de junho de 2013, quando o Brasil foi às ruas, é uma evidência de um amadurecimento democrático. Por isso, não acredito nessa grita de alguns por um golpe militar nem pelo impeachment de uma presidenta eleita pelo povo.

Mas apesar de mais madura, a democracia brasileira, precisa ser fortalecida para se consolidar. E essa consolidação depende, sobretudo, da modernização de suas instituições. Temos que avançar nesse sentido sob o risco de o país retornar a sua primeira infância de incertezas. O Brasil conta com uma elite econômica e política arcaica, que está in-crustrada nas diversas instituições e impede a modernização dessas instâncias e da democracia nacional.

Essa elite estimula o personalismo, o monopólio e a burocracia nas estruturas de poder, afastando a população dessas instituições e mantendo-a alheia às suas decisões. Instituições como mídia e Judiciário não se modernizarão por conta própria. E a elite não tem nenhum interesse em perder seus privilégios. Mas não são apenas instituições elitistas que passam por uma grande crise. Os movimentos sociais, os partidos políticos e os sindicatos precisam se reinventar.

As reformas política, jurídica, dos meios de comunicação, e a reestruturação dos sindicatos e movimentos sociais necessitam de uma participação direta da população brasileira. O povo tem que se tornar partícipe. Tem que existir um maior envolvimento e mobilização pela busca de mudanças.

O Poder Executivo tentou, recentemente, aprovar o Decreto de Participação Social, que foi derrubado pela Câmara dos Deputados. A proposta de uma constituinte para a reforma política, após as jornadas de julho, foi abafada pelo Congresso Nacional e pela grande mídia. Quando os movimentos sociais falam da importância da democratização dos meios de comunicação, os grandes grupos da mídia defendem o monopólio, acusando a democratização de censura! Por isso, não acredito que as reformas necessárias para que o Brasil avance, possam se tornar uma realidade sem a pressão popular.

A consolidação da democracia brasileira carece de um envolvimento maior de todos. A população reclama da falta de representação, mas ela



precisa se fazer presente. É preciso mudar. Mas, para mudar as instituições, temos que mudar as pessoas. Temos que esclarecê-las da situação atual e mostrar que tipo de mudanças são necessárias.

Antigamente tínhamos em nossas bancas escolares a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSP), que foi mal utilizada pelo Regime Militar. Ela foi excluída do currículo escolar e nada foi colocado em seu lugar que esclarecesse como funciona o sistema político brasileiro. As pessoas não entendem porque um partido de esquerda, ao chegar ao governo, tem que formar alianças com outros partidos para garantir a aprovação de seus projetos e a governabilidade do país. Elas não recebem informação de como funciona a relação entre os poderes no regime democrático. Não sabem que um partido só pode implantar a sua plataforma se tiver maioria no Congresso, nas assembleias estaduais e câmaras municipais.

Nossas crianças estão sendo formadas pela TV Globo e outros veículos de comunicação, e estes não querem o avanço da democracia. Muito pelo contrário. A mídia deforma o conceito de democracia participativa ao massificar que todos os partidos e políticos são iguais e que não existem projetos diferentes em disputa. Estimula a formação, no inconsciente coletivo, da ideia de que são salvadores da pátria. E acreditar nisso é o mesmo que crer em Papai Noel. Assim, a disciplina de ciência política deveria ser obrigatória em nossos currículos escolares.

Além disso, não se pode esquecer do papel da família, uma instituição que por muito tempo esteve em crise, mas que vem se reinventando e voltando a ser referência. Com formação política, uma boa base familiar, uma mídia e um Judiciário democráticos, com certeza a sociedade estará mais fortalecida e atuando de forma construtiva nos espaços de participação, como sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

Apenas com formação política e mobilização popular conseguiremos consolidar a democracia e avançar no projeto de um Brasil forte, independente, que caminhe para uma igualdade social e uma melhor qualidade de vida para todos!

“

O que temos aqui é um arremedo de democracia participativa com partidos de aluguel”

Michael Zaidan

DESCRENÇA E indiferença com a CLASSE POLÍTICA

As eleições de 2014 entraram para a História como uma das disputas mais despolitizadas e midiaticizadas dos últimos tempos. Vários episódios colocaram em cheque o modelo de democracia representativa existente no país e promoveram um sentimento de descrença e indiferença dos brasileiros em relação à política. Para o cientista político Michael Zaidan, os brasileiros nunca tiveram muita expectativa em relação à democracia representativa porque a matriz do Estado brasileiro é patrimonialista e familiar.

“Sérgio Buarque de Holanda já dizia que a democracia é um grande mal-entendido no Brasil. Copiou modelos de outros países, sobretudo o norte-americano. O que temos aqui é um arremedo de democracia participativa com partidos de aluguel. Muitos partidos são dependentes do Estado e o Executivo, por sua vez, é refém desses partidos”, analisa Zaidan.

Segundo o cientista político, essa indiferença à política é muito mais uma consequência de uma crise de representatividade da sociedade em relação ao Legislativo do que ao próprio Executivo. Em vez de cuidar da agenda pública, o Legislativo cuida de interesses paroquiais, empresariais etc. São 21 partidos com representação no Congresso Nacional. Qualquer governo terá dificuldade de gerir esse número expressivo de legendas. O Legislativo cobra caro para apoiar o governo, por isso, a relação dele com o Executivo acaba sendo de prostituição”, pontua.

O também cientista político Délio Mendes vai além: “A política é uma farsa real. É uma farsa porque o propósito é a classe dominante garrotear os trabalhadores e as classes dominadas de uma maneira geral. É real porque só existe ela. Ela corresponde à realidade dessa sociedade. O sistema político brasileiro é palatável. Você tem eleições proporcionais e periódicas. Mas você tem limitações nesse sistema que impedem que todas as classes sejam representadas”.

O diretor do Sindsep-PE e vereador do Recife, Jurandir Liberal, sente na pele a resistência que atualmente a população tem em relação à classe política. Ele atribui essa rejeição ao sistema político e defende reforma. “O atual sistema favorece a compra de votos, as legendas de aluguel e fomenta a corrupção. Essa realidade só mudará se fizermos reforma política. Uma reforma política que não seja por meio do Congresso Nacional, mas sim por uma assembleia exclusiva e soberana”, enfatiza Liberal.

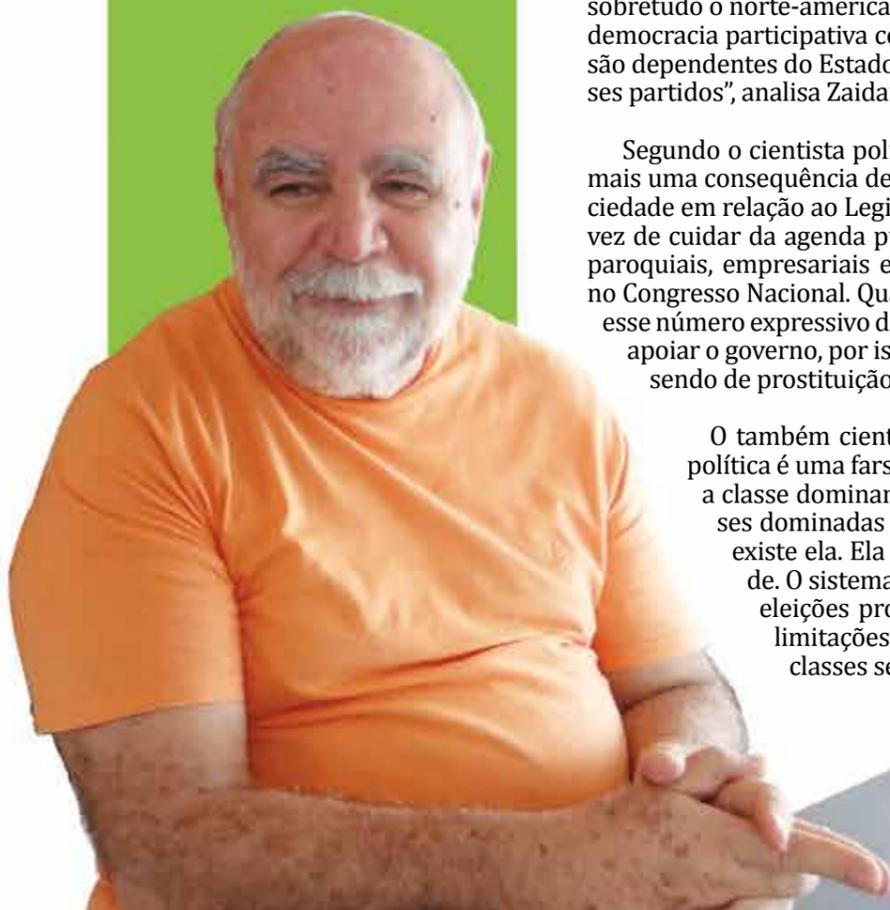
Provavelmente, esse descrédito aflorado nessas últimas eleições tenha sido um desdobramento das manifestações de rua ocorridas entre os meses de junho e julho de 2013, com apoio de setores conservadores da sociedade brasileira que viram esse momento como oportuno para barrar avanços sociais conquistados nos últimos anos, deixando clara a divisão de classes e o incômodo da elite brasileira.

“É interessante notar que as enormes mobilizações de ruas que ocorreram no ano passado parecem ter colaborado para esse descrédito da população porque envolveram também grandes contingentes de setores conservadores, de classes médias tradicionais que se disfarçaram sob as bandeiras de luta contra a corrupção, pela ética etc. Bandeiras que, diga-se de passagem, desfraldadas isoladamente, não contribuem para a politização da população”, afirma o pesquisador da Fundaj, Túlio Velho Barreto.

“

O sistema político brasileiro é palatável, com limitações que impedem que todas as classes sejam representadas”

Délio Mendes



Partidos políticos SEM REFERENCIAIS

O agravamento de um sentimento de descrédito da sociedade frente à política coloca os partidos políticos como vilões, principalmente as legendas do campo da esquerda. De maneira antidemocrática e despolitizada, algumas bandeiras de partidos de esquerda têm sido queimadas em manifestações de ruas e militantes “convidados” a se retirar dos protestos. O pesquisador da Fundaj, Túlio Velho Barreto, aponta para uma crise estrutural, que não é de hoje, que está atrelada à disputa de classe.

“Há um enorme preconceito a partir das políticas sociais inclusivas entabuladas pelo partido que possibilitou uma tímida, mas crescente, distribuição de renda e a ascensão de segmentos sociais mais pobres”, pontua Barreto. O analista político do DIAP, Antônio Queiroz, critica a pulverização dos partidos políticos, por muitos aceitarem filiações visando o poder, sem saber se o futuro candidato tem afinidade ideológica com o programa do partido. Além disso, pontua que a cobiça pelos fundos partidários e por mais espaço no horário eleitoral leva à criação de legendas ou coligação contraditórias.

Segundo Queiroz, o descrédito dos partidos políticos é parte da crise entre representantes e representados. Especificamente sobre a campanha aberta feita pela imprensa contra o PT nas eleições deste ano, Queiroz, enfatiza: “Os partidos são odiados quando são vinculados à degradação moral e não reagem à altura. Quando a comunicação não funciona, ou o partido não reage com indignação, a percepção da população é de que é verdade o que se diz”.

A análise do diretor do Diap é compartilhada pelo cientista político Délio Mendes. “É importante que os partidos sejam fracos para que a parte da sociedade dominante, que detém o poder, possa manipular a classe dominada a qualquer momento”, justifica Délio, que é um dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Pernambuco.

“
Existe um enorme preconceito a partir das políticas sociais inclusivas do PT”

Túlio Velho Barreto

MOVIMENTO SINDICAL precisa se reinventar

Com origem anterior aos partidos políticos, o movimento sindical também vive uma crise de identidade e de credibilidade. Os sindicatos existem desde o início do século 19, tendo surgido na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, para defender e fortalecer a classe trabalhadora, oprimida e explorada pelo capitalismo. Com mais de dois séculos de existência, hoje boa parte dos trabalhadores já não se sente mais representada pelos seus sindicatos. As opiniões se dividem sobre a possível causa dessa rejeição. De um lado, o tempo como algoz. Do outro, a instituição se esgotou e é preciso renovação.

Um dos entraves é o fato de o movimento sindical permanecer tal qual foi criado, sem acompanhar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e também na sociedade. Além disso, há muito tempo mantendo uma mesma estrutura organizativa, o movimento sindical acabou se burocratizando. “Os diretores perdem horas em reuniões para decidir quem será liberado, quem ficará com celular”, critica o jornalista/blogueiro, Miro Borges. Para ele, o maior desafio é construir unidade, investir mais em comunicação e formação e lutar por reformas estruturais.

“Os sindicatos, assim como os partidos políticos, precisam se repensar ou até mesmo se reinventar”, defende o pesquisador da Fundaj, Túlio Velho Barreto. Para o sociólogo e cientista político Milton Pinheiro, nos últimos anos, o movimento sindical se fragilizou ainda mais por não questionar certos posicionamentos de governos petistas. O também cientista político Délio Mendes compartilha da mesma opinião e critica os sindicatos pela inércia a partir do governo Lula.

“O movimento sindical recuou. A política misturou Estado e movimento sindical. Como o Estado é hegemonicamente da classe dominante, os trabalhadores não podem sentar à mesa com os seus opressores. São patrões e empregados. Eles têm que negociar, mas cada qual com suas contradições.”

Délio Mendes não vê boas perspectivas. “É possível que o movimento sindical se desmanche, sobretudo porque as pessoas estão percebendo a incapacidade de ele lutar pelos seus direitos. Os sindicatos podem voltar a ser como eram na época da ditadura, sem função política. Serviam apenas porque tinham serviço médico, dentista e pequenas questões burocráticas para tratar com os trabalhadores.”

Dando continuidade à ideia de que a eleição de Lula influenciou nessa crise de representatividade do movimento sindical, Túlio Velho Barreto pontua que talvez hoje pare o sentimento de “ressaca” pelo sucesso alcançado pelo PT, de origem sindical, que chegou à Presidência



“

Os partidos são odiados quando são vinculados à degradação moral e não reagem à altura”

Antônio Queiroz

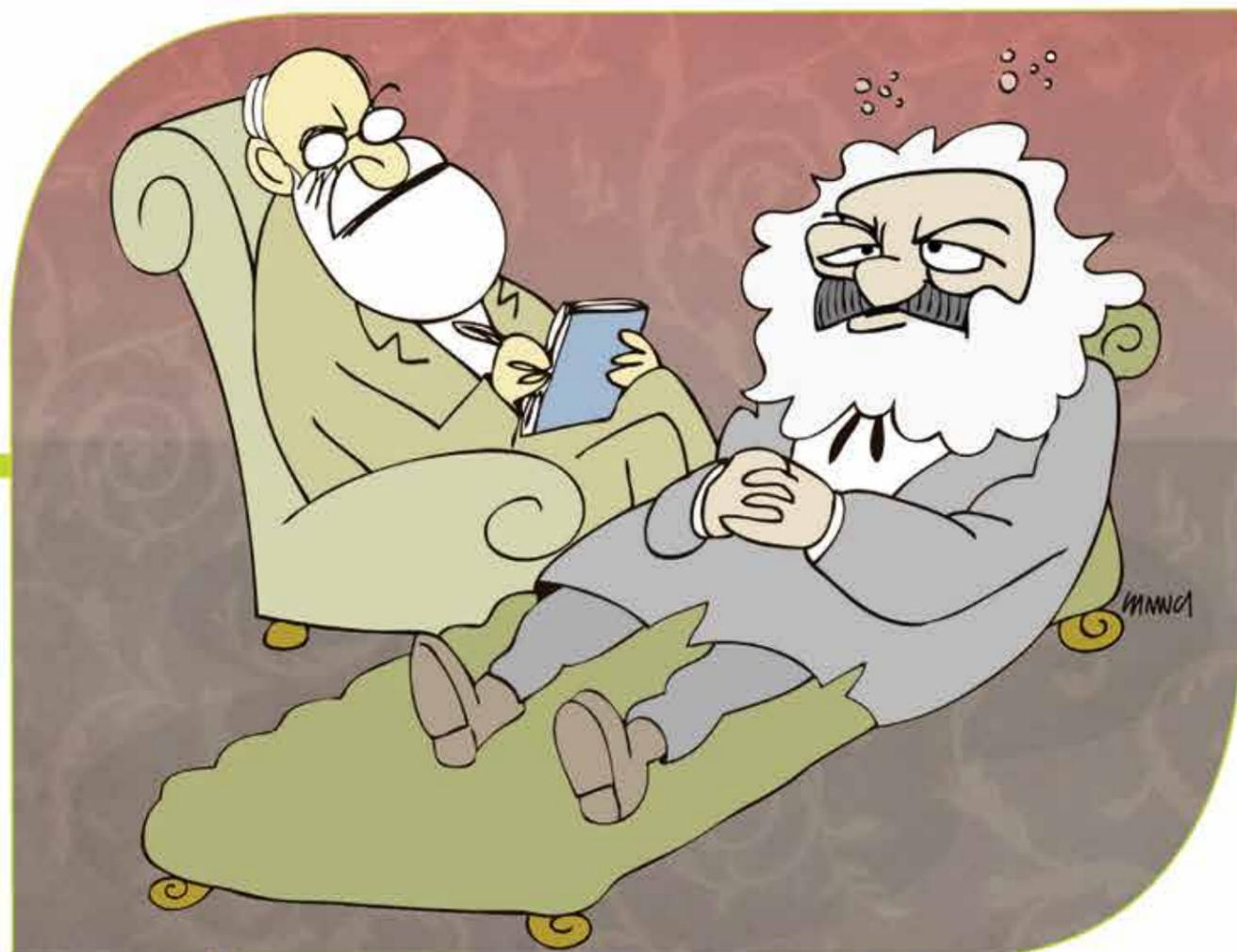


“

Existe um enorme preconceito a partir das políticas sociais inclusivas do PT”

Túlio Velho Barreto





da República. Ele ressalta que uma ou duas gerações de militantes e dirigentes sindicais trocaram de lado, passaram de ativistas para parlamentares ou dirigentes estatais. “E lideranças não são forjadas da noite para o dia”, argumenta o pesquisador da Fundaj.

A coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, acredita que o sindicato precisa se reinventar a partir de um trabalho de formação a médio e longo prazos. “Precisamos descobrir na base novas lideranças. Não apenas porque muitas delas já ocuparam espaço em outras instâncias de poder, até porque isso foi uma minoria, mas, sim, porque muitos companheiros dirigentes estão saindo de cena.” No entanto, Graça se mostra preocupada porque os novos servidores, os chamados concursados, entram no serviço público com uma visão individualista. “Eles não se preocupam muito com a luta coletiva porque querem, geralmente, estudar para passar em outro concurso para ganhar mais. Mas vamos continuar buscando o diálogo com eles.”

Atrelamento a governos **ENFRAQUECE** movimentos sociais

A crise sistêmica que paira nas instituições brasileiras atinge em cheio os movimentos sociais. Institucionalizados na segunda metade do século 20 como uma reação ao movimento sindical e aos partidos políticos, os movimentos sociais representam os segmentos minoritários da sociedade e colocam em evidência temas relacionados a gênero, raça, etnia, religião, meio ambiente e terra. Todavia, essa representatividade vem se desgastando ao longo dos anos, sobretudo após a vitória de Lula para presidente da República.

Para o professor da UFPE, Luiz Momesso, a primeira dificuldade veio nos anos de 1990, com o avanço do neoliberalismo. Com o aumento do arrocho salarial e do desemprego, temas minoritários perderam espaço para os macros. “Acho que a confiança nas lutas e mobilizações foi sendo substituída pela esperança numa solução institucional, com a eleição de grande número de representantes (de esquerda) nos parlamentos, de prefeitos, governadores e até presidente”, pontua Momesso.

Para o dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Ademar Bogo, os movimentos sociais cresceram e ficaram “pesados”. Para se sustentarem criaram vínculos com programas estatais. “O próprio Estado passou a financiar os movimentos sociais com programas de educação, formação política e assistência técnica. Dependendo da entidade, ficou mais fácil captar recursos. Então, houve uma confusão muito grande entre o papel do Estado e das entidades, que passaram a ter uma tolerância em relação ao Estado por causa dessas políticas públicas”.

Com a eleição de Lula para presidente, em 2002, ficou ainda mais confusa a relação desses movimentos com o governo. “O que foi Lula? Um conjunto de forças que se estruturaram durante um período para chegar ao governo. Então ele é um consenso entre as forças sociais organizadas. Após a posse do Lula, essas entidades foram tidas como protetoras e apoiadoras do governo, negociando recursos”, explica Ademar Bogo. “O PT diminuiu a densidade ideológica dos discursos. Rebaixou a característica político-ideológica à característica de gratidão”, completa o jornalista da Opera Mundi e Samuel, Breno Altman.

Luiz Momesso acredita que é normal existir proximidade dos movimentos sociais com governos populares, a exemplo de vários países da América Latina. Mas, o que não pode haver é o atrelamento, como ocorreu no Brasil. Para ele, tanto Lula quanto Dilma preferiram manter



“

Os movimentos sociais se deixam cooptar, cedem os seus princípios e acabam acreditando que o Estado lhes dá aquilo que precisam, sem protesto, só com conciliação”

Ademar Bogo



essas entidades da sociedade civil organizada como meras apoiadoras.

Ademar Bogo faz uma autocrítica: “Não é porque o governo coopta. É porque os movimentos sociais se deixam cooptar, cedem os seus princípios e acabam acreditando que o Estado lhes dá aquilo que precisam, sem protesto, só com conciliação”.

Diante da fragilidade dos movimentos sociais, as mobilizações de junho de 2013 deram origem a um novo tipo de movimentos sociais, alguns até ligados a seguimentos de direita. Na avaliação de Ademar Bogo, diferentemente do que vinha acontecendo, esses novos grupos não se atrelaram ao governo e se articularam por um caminho independente.

“Foi mais de uma década de passividade dos movimentos sociais em relação ao governo. Nesse bojo, cresceu uma juventude sem prática organizativa que passou a não acreditar nessas organizações por causa de uma visão conservadora”, dispara o líder do MST. Para ele, o governo petista criou duas situações antagônicas. De um lado, aqueles que esperam para negociar as demandas, e do outro, os que querem negociar na base do protesto.

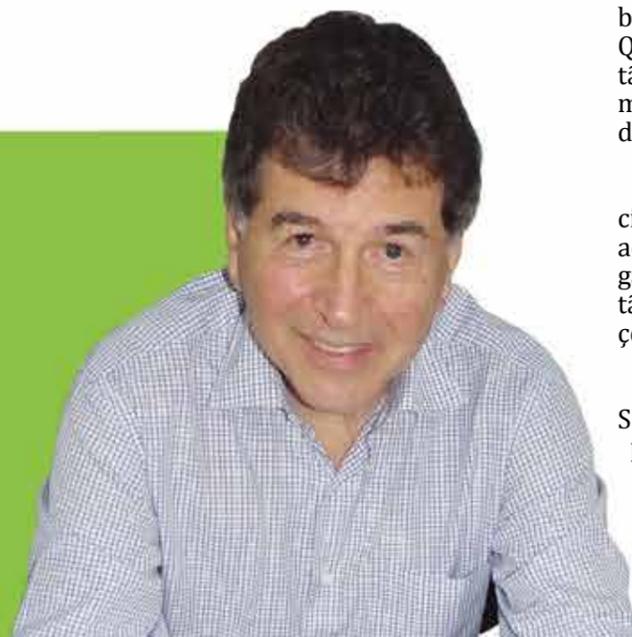
Diante dessa crise, seria o fim dos movimentos sociais? Para Luiz Momesso, não. “Os movimentos e organizações que se desenvolveram a partir do combate à ditadura e na luta pela democratização do Brasil não se esgotaram. Mas, acho urgente avaliar os limites da luta institucional (por meio de apoio ao Legislativo e ao Executivo). Tenho fortes convicções de que não conseguiremos realizar grandes e contínuas mudanças pela via institucional sem o respaldo de um movimento social, capaz de exigir essas mudanças e derrotar os que se opõem a elas por todos os meios”.

Quanto à juventude que foi às ruas em junho do ano passado, Momesso se sente otimista: “Existem novos movimentos se organizando, ainda

“

Os movimentos sociais precisam acordar, voltar a ser mais ativos, porque os golpistas estão de plantão, trabalhando contra os avanços sociais”

Jurandir Liberal



sem experiência e sem uma política mais clara”. Ademar Bogo também se mostra otimista. “Eu acredito na força da espontaneidade. Que ela venha superar essas organizações mais antigas, que já estão cansadas e prestaram um grande serviço em determinado momento histórico. Mas, esse novo período, que precisa ser inaugurado, necessita de uma renovação de forças”, analisa o líder do MST.

Questionado se isso não seria o fim dos atuais movimentos sociais, inclusive do MST, ele é enfático: “Esses movimentos terão que achar seu novo papel. O que pode acontecer são essas forças antigas avançarem para contribuir com as forças espontâneas que estão surgindo. É possível também que outra parte dessas organizações mais antigas se acomode e cumpra apenas uma função social.”

Para Jurandir Liberal, fundador e primeiro presidente do Sindsep-PE e com larga experiência em militância política, depois que o PT entrou no poder, os movimentos sociais passaram a ter suas demandas atendidas e, por isso, se acomodaram. “Eles precisam acordar, voltar a ser mais ativos, porque os golpistas estão de plantão, articulados e trabalhando contra os avanços sociais, visando apenas o lucro.”



MANIPULAÇÃO E MENTIRAS aprofundam crise da MÍDIA BRASILEIRA

» Escola Base

A Escola Base era uma instituição de ensino de São Paulo, fechada em 1994 depois que seus proprietários, o casal Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, e funcionários foram acusados, pela imprensa nacional, por praticarem estupro de crianças que estudavam no local. Em 1995, os acusados moveram uma ação, por danos morais, contra a Fazenda Pública do Estado. Eles ganharam nas duas primeiras instâncias, mas o processo encontra-se ainda em Brasília, aguardando a sentença final. Icushiro Shimada faleceu no último mês de abril de 2014.

» Diretas Já

Durante a campanha das Diretas Já os telejornais brasileiros simplesmente ignoravam o assunto. Nos dias que antecederam a votação no Congresso da Proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que garantia o voto direto, o Bom Dia Brasil da Globo chegou a apresentar a agenda dos presidenciáveis do PDS, silenciando sobre a campanha. O Jornal da Manchete deu matéria sobre o aniversário do então presidente Figueiredo.

“Os meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. É esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo”. A frase dita em 2010 pela então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Judith Brito - na época também diretora-executiva do grupo Folha de São Paulo -, é o retrato fiel da imprensa brasileira, que, assim como o Judiciário, representa setores minoritários da sociedade, atendendo interesses da elite política e econômica do país.

Há mais de 15 anos que o Brasil vem construindo um novo cenário. Apesar de uma crise mundial que se arrasta há anos e varreu as principais economias do mundo, milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza, a população conquistou melhor qualidade de vida, passando a morar melhor, comer melhor, estudar em melhores escolas, ter mais lazer, saúde e segurança. Mesmo com esses avanços, os grandes meios de comunicação vivem uma espécie de esquizofrenia, o que vem aprofundando uma crise na mídia brasileira que já vem de longa data.

Ao se levar em conta as matérias políticas e econômicas dos jornais brasileiros, a impressão é de o País vive a maior crise da sua História. Quando a inflação sobe ou a indústria tem uma queda, os acontecimentos ganham grande destaque em matérias e comentários. Quando a situação é positiva, o destaque é o menor possível. Vive-se uma síndrome da negatividade onde é melhor propagar o insucesso, mesmo que ele seja menor em comparação às conquistas.

Exemplo recente de uma cobertura sem compromisso com a verdade e a boa comunicação foi a Copa do Mundo de 2014. Jornais e revistas nacionais sugeriam o fracasso do mundial e propagaram discursos e protestos contra a sua realização. Durante o evento, jornalistas de todo o mundo elogiaram o Brasil, a sua infraestrutura e a receptividade da população brasileira, enquanto os jornais locais viviam em um mundo paralelo onde nada dava certo.

Ao final, constata-se que a Copa será responsável por

» Perseguição a Brizola

Em sua sanha alucinada de perseguição a Leonel Brizola, Roberto Marinho foi acusado de envolvimento em uma tentativa de fraude eleitoral, conhecida como Globo/Procunsult, para impossibilitar a vitória eleitoral de Brizola em 1982. A fraude consistia em um sistema informatizado de apuração dos votos, feito pela empresa Proconsult, que contabilizava os votos nulos e em branco para Moreira Franco, candidato do PDS, antiga Arena. Os indícios de que os resultados seriam fraudados surgiram da apuração paralela ao TRE-RJ feita pela Rádio Jornal do Brasil e por uma empresa contratada pelo PDT. Depois de eleito, Brizola continuou sofrendo uma perseguição implacável da Globo por meio de inúmeras matérias que o caracterizavam como mau administrador/governador.

» Debate de 1989

A eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, em 1989, contou com a manipulação de imagens por parte do jornalismo da Rede Globo, no Jornal Nacional, um dia depois do debate entre Collor e o seu opositor Luiz Inácio Lula da Silva. A repercussão foi considerada fundamental para a vitória no segundo turno de Collor, uma vez que antes do acontecimento os dois estavam em situação de empate técnico. Após 22 anos, em 2011, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, deu detalhes do que aconteceu em uma entrevista. “Conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma ‘glicerinazinha’ e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula – mas as pastas estavam inteiramente vazias.”

um incremento na economia nacional de R\$ 142 bilhões, entre os anos de 2010 a 2017. Enquanto isso, o custo com o Mundial foi de R\$ 25,6 bilhões, considerando-se os investimentos privados e das três esferas de poder público.

“Mesmo com os avanços nos últimos anos no que diz respeito à democratização, política, social e econômica, não tivemos o mesmo na comunicação brasileira. Tivemos poucas ações, importantes mas incipientes, para garantir a democracia na mídia que o Brasil necessita. Podemos citar o Marco Civil da Internet e o fortalecimento da Comunicação Pública por meio da criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e da TV Brasil. Mas não há intenção de ampliar o direito de expressão aos brasileiros. Com isso, se propaga apenas o discurso dos grandes meios de comunicação que são ligados à elite nacional e contrários a qualquer ação dos governos de esquerda”, destaca a secretária de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Rosane Bertotti.

Enquanto os grandes meios de comunicação continuam com um discurso negativo, distante da realidade, que maquiavam os fatos, a população está tendo acesso a informações de outras fontes por meio da internet e redes sociais. Jornalistas de renome e comprometidos com a verdade passaram a escrever em blogs e sites alternativos, o que tem despertado o interesse de boa parte da população. Esses espaços são um meio de informação preciso para se contrapor às mentiras e manobras políticas que estão por trás das notícias diárias dos grandes meios de comunicação.

Com a popularização do jornalismo na web e das mídias sociais, a crise na imprensa tradicional se agravou. Embora ainda não possa ser considerada meio de comunicação de massa, a internet é um espaço onde outras vozes podem se fazer presentes e estão fazendo o contraponto à imprensa empresarial, mesmo com os grandes grupos também presentes nessas plataformas.

A maioria da população continua assistindo os jornais das TVs e lendo as notícias em revistas e jornais impressos. Mas passaram a não interpretar aquelas notícias como verdades absolutas. Muitos, a partir dessas notícias, buscam mais informações



» As capas da Veja

A revista *Veja* é conhecida por sua campanha sistemática de difamação contra os governos petistas, que teve início com a primeira eleição de Lula à Presidência. Em todas as eleições, a revista vem publicando capas com denúncias contra os candidatos do partido como forma de intervir no resultado das urnas. Denúncias que, depois das eleições, mostraram-se infundadas. Em sua última ação, no segundo turno das eleições de 2014, a revista antecipou a sua edição para a sexta-feira antes da votação com a denúncia de que o doleiro Alberto Youssef teria dito em depoimento à PF e ao Ministério Público Federal, que Dilma e o ex-presidente Lula tinham conhecimento do esquema de desvio de dinheiro na Petrobras. A capa foi utilizada pela campanha de Aécio Neves no último dia do programa eleitoral. Em seguida, o doleiro negou a informação através de seu advogado.

na rede para descobrir a verdade que está escondida por trás dos fatos que a mídia tradicional veicula.

Mas não é de agora que a credibilidade da mídia brasileira vem sendo questionada. Antes mesmo da convergência midiática e das novas tecnologias, a imprensa já era motivo de crítica por parte de especialistas e de pessoas mais atentas. Casos como o apoio ao golpe militar, a cobertura das Diretas Já, o caso da Escola Base (SP), o debate presidencial de 1989 entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, são apontados como exemplos de manipulação da mídia nacional.

“Os veículos de comunicação no Brasil, ao longo da história, se consolidaram como os grandes mediadores de debates, desde a fundação desses meios - tanto os jornais quanto os meios eletrônicos - e se concentraram nas mãos de grandes empresas. Jamais o Brasil tratou a comunicação como um direito das pessoas e jamais houve nesse país uma política que fizesse com que diversos grupos pudessem, através de políticas públicas, se comunicar e participar da esfera pública”, lembra o jornalista e integrante do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), Ivan Moraes Filho.

“O jornalismo se coloca como partido político de oposição e não como veículo de informação. Meios de comunicação que só dão uma versão passam a ser panfletos políticos de um determinado grupo. Um órgão de imprensa deve defender a pluralidade, a difusão de informações. Nem um jornal do campo de esquerda deve ser um jornal panfletário de um determinado partido. Quando um organismo de comunicação defende uma única visão, ele perde a sua credibilidade”, comenta Rosane Bertotti.

A liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão. A prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, é uma obrigação social. A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra



“O jornalismo se coloca como partido de oposição e não como veículo de informação”

Rosane Bertotti.

» Sites, blogs e portais de jornalismo alternativo

Diário do Centro do Mundo
<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/>

Portal Fórum
<http://www.revistaforum.com.br/>

O Cafezinho
<http://www.ocafezinho.com/>

Blog do Rovai
<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/>

Conversa Afiada
<http://www.conversaafiada.com.br/>

Blog da Cidadania
<http://www.blogdacidadania.com.br/>

Blog do Miro
<http://altamiroborges.blogspot.com.br/>

Viomundo
<http://www.viomundo.com.br/>

Escrevinhador
<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/>

Blog da Noelia Brito
<http://noeliabritoblog.blogspot.com.br/>

Brasil 247
<http://www.brasil247.com/>

Brasil de Fato
<http://www.brasildefato.com.br/>

Agência Carta Maior
<http://www.cartamaior.com.br/>

Revista Carta Capital
<http://www.cartacapital.com.br/>

Revista Caros Amigos
<http://www.carosamigos.com.br/>

a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante. O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisão apuração e pela sua correta divulgação.

A grande mídia defende a liberdade de imprensa, mas é ela quem pratica a maior censura. Antes, no regime militar, essa censura era explícita. Hoje, há uma censura velada, comandada pelo poder econômico. O compromisso dos meios de comunicação é aproximar-se cada vez mais daquele dos anunciantes. “Lembro que quando iniciei minha carreira no Diário de Pernambuco, há 27 anos, não se podia fazer matérias sobre comunidades. Na verdade, isso é um tiro no pé. Porque a mídia está perdendo público por não estar correspondendo às informações verídicas que a sociedade deseja. E, ao reduzir o público, a mídia também acaba reduzindo os anunciantes e agora passa por uma grande crise”, comenta Osinaldo Moraes.

“Os profissionais precisam saber o que é falha ética e optar por um lado. Não dá para ficar dentro de uma empresa, cedendo sempre ao que é ditado, e depois alegar que não tem culpa em reproduzir inverdades ou meias verdades durante toda uma carreira”, conclui Osinaldo.

“Jamais o Brasil tratou a comunicação como um direito das pessoas se comunicarem e participarem da esfera pública”

Ivan Moraes Filho





SAIBA COMO funciona a mídia

“

A democracia passa, necessariamente, pela democracia dos meios de comunicação”

Osnaldo Moraes



Quando teve início a radiodifusão brasileira, na década de 1920, e as primeiras regulamentações, na década de 1930, já ficou muito claro o interesse de entregar o espectro (frequências) para as empresas que visavam obter lucro. Na época, não existia nenhum debate sobre essa questão porque não existia sociedade civil organizada disposta a dialogar sobre o tema e nem se tinha a percepção do quanto as comunicações eletrônicas iriam se tornar hegemônicas na questão do discurso.

A concessão da primeira TV brasileira, a TV Tupi, foi entregue ao maior empresário de comunicação da época, Assis Chateaubriand, em 1950. Na ditadura militar, esse processo se consolidou e o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, contribuiu para que essa estrutura permanecesse e até se agravasse, com a liberação de concessões para políticos e religiosos.

Atualmente, tanto a radiodifusão como a mídia impressa continuam representando poucas pessoas, com o objetivo prioritário de dar lucro. Quem controla os meios eletrônicos e impressos são conglomerados de mídia que detém várias empresas de comunicação. Esses conglomerados estão nas mãos de poucas famílias: Abrevanel (SBT), Sirotsky (RBS, maior grupo de comunicação do Sul do Brasil), Civita (Editora Abril), Macedo (Record), Frias (Folha de S. Paulo), Marinho (Grupo Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo) e Saad (Rede Bandeirantes).

Essas pessoas têm o poder de definir o que vai ser debatido pela sociedade e de que lado as questões serão abordadas. São elas que têm o poder de decidir quem será retratado como herói, como vilão ou quem será ignorado. São elas também as proprietárias das agências de notícia que encaminham matérias prontas e fotos para os diversos meios de comunicação dos diversos estados brasileiros.

Nos estados, os políticos se sobressaem no comando das mídias. Temos a família Sarney (Maranhão), Collor de Mello (Alagoas), Jereissati (Ceará), Franco (Sergipe). Pernambuco tem a família Oliveira (Serra Talhada e Caruaru), Patriota (Salgueiro), Coelho (Petrolina).

“As mídias ligadas a essas famílias defendem a democracia. Mas a democracia passa, necessariamente, pela democracia dos meios de comunicação. Por isso, devemos combater, sobretudo, o monopólio desses meios”, observa o diretor do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope) e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Osnaldo Moraes.

Inimiga de governos PROGRESSISTAS

O partido da mídia, como costuma definir alguns pesquisadores, não é algo recente. Sempre atuou como oposição em vários governos tidos como progressistas. Foi assim com Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Luiz Inácio Lula da Silva e, agora, Dilma Rousseff. Essa atuação não se deu no governo militar, nem nos de centro-direita ou neoliberal.

“A mídia serve tão somente a seus interesses e aos dos grupos que a sustentam. Com certeza, nunca esteve do lado da esquerda. Sempre irá se opor a qualquer governante que não represente os grupos que possam privilegiá-la”, comenta o diretor do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope) e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Osnaldo Moraes.

A oposição da mídia nacional a Getúlio Vargas foi muito marcante em seu último governo (1951- 1954). As principais ações de Vargas foram a criação da Eletrobrás, fundamental para o desenvolvimento industrial, e da Petrobras, com o objetivo de diminuir a importação do petróleo, que consumia grande parte das divisas nacionais. A mídia, aliada aos interesses internacionais, não o perdeu.

As críticas se intensificaram a partir de 1953, tendo a liderança dos jornalistas Carlos Lacerda - que viria a ser uma das principais cabeças do golpe militar de 1964, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa - e Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados. Carlos Lacerda utilizou, além do seu jornal, a Rádio Globo e a Rede Tupi de televisão. Getúlio Vargas matou-se com um tiro no peito em 24 de agosto de 1954, em meio a grandes denúncias de corrupção, amplamente noticiadas pela mídia.

O escritor, tradutor, jornalista e professor universitário Juremir Machado, que escreveu o livro *Getúlio* (2004) é um dos que acreditam que a imprensa foi a principal responsável pelo suicídio de Vargas. Ele argumenta que os principais jornais do país trabalharam fortemente pela queda do então presidente no golpe militar de 29 de outubro de 1954, em parceria com a União Democrática Nacional (UDN). Quando voltou ao poder, após quatro anos como senador, Vargas novamente enfrentou pressões e, desta vez, teria sucumbido.

Assim como aconteceu na Era Vargas, alguns jornais também fizeram oposição a Juscelino Kubitschek, que comandou o Brasil no período de 1956 a 1961. Críticas sobre a política econômica nacionalista e desenvolvimentista eram frequentes nas páginas dos jornais. Essa relação ficou ainda pior quando JK anunciou a construção de Brasília para tirar a sede do governo do Rio de Janeiro. Muitos jornais publicaram artigos contra a atual capital brasileira. Com isso, criou-se um clima muito desfavorável no país.

Getúlio Vargas



Juscelino Kubitschek



João Goulart



Lula



Dilma



Com João Goulart, a reação da mídia foi sobretudo contra as reformas de base que o presidente vinha implantando no país, como a reforma agrária e outras medidas progressistas. A perseguição culminou com o golpe militar de 1964, apoiado pelos maiores jornais brasileiros. Um estudo realizado pelo professor de História Eduardo Zayat Chammas analisou editoriais do Correio da Manhã e do Jornal do Brasil entre 1964 e 1968.

Os dois jornais defenderam a queda de João Goulart. São clássicos os editoriais do Correio da Manhã nas vésperas do 1º de Abril de 1964, clamando por “Basta” e “Fora” Jango. As Organizações Globo eram bastante ligadas a ditadura militar e promoviam a censura dos movimentos pró-democracia nos noticiários de seus meios de comunicação.

Foi nos anos de chumbo que a Família Marinho consolidou seu império midiático. Em troca ao apoio aos militares, o grupo recebeu todas as benesses, sobretudo na área tecnológica, para transformar a TV Globo na maior televisão do país e uma das maiores do mundo. A própria Globo reconheceu, em editorial lido no Jornal Nacional - 49 anos depois e pressionada pelas manifestações de junho de 2013 -, que o apoio ao golpe militar de 1964 e ao regime subsequente foi um “erro”.

Desde sua fundação em 1968, a Veja abusou do verbo para demonizar os inimigos da ditadura diante da opinião pública. Isso fica evidente quando se observa as capas das edições do período militar. A revista se referia aos inimigos da ditadura como ‘terroristas’ e tratava o golpe como “revolução”, destacando o “comando firme” dos militares.

Além de apoio aos militares, a imprensa brasileira foi complacente com os governos Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, a imprensa voltou a bater incessantemente no governo, sempre no papel de opositora às decisões econômicas e políticas e aos projetos sociais. A oposição é extensiva ao atual governo de Dilma Rousseff.

Exemplo de uma cobertura tendenciosa e politizada foi a eleição presidencial de 2014. O exemplo mais marcante foi a matéria de capa da revista Veja que foi às bancas três dias antes do segundo turno, acusando a candidata de saber de tudo sobre as denúncias de corrupção na Petrobras. Mas, apesar de todas as manobras, a presidenta conseguiu sair vitoriosa das urnas.

Mas, antes mesmo de a presidenta assumir o segundo mandato, foi instaurado no país um clima de impeachment que ganhou a adesão dos grandes meios de comunicação. Vários editoriais e matérias passaram a acusar Dilma de crime de responsabilidade. Outros destacaram que o ministro do Supremo, Gilmar Mendes - conhecido como eterno aliado do PSDB e contrário a qualquer ação do PT -, teria identificado doações acima dos limites das empresas para a campanha de Dilma e rejeitaria as suas contas.

REGULAÇÃO da mídia é a saída

Para solucionar questões relacionadas à concentração dos meios de comunicação, falta de diversidade de discursos e mais difusão de conteúdos locais, entidades que debatem a comunicação como um direito humano vêm realizando debates nos últimos anos, tendo como objetivo discutir a democratização dos meios de comunicação. Essas entidades, capitaneadas pelo Fórum Nacional da Democratização da Comunicação (FNDC), defendem o projeto de lei de iniciativa popular de mídia democrática, lançado em maio de 2013.

O projeto, que teve seu embrião nos debates que ocorreram na Conferência Nacional da Comunicação de 2009, conta até o momento com apenas 100 mil assinaturas. É necessário 1,5 milhão de assinaturas, divididas em cinco estados brasileiros, para que ele possa ser entregue à Câmara Federal. A ideia é criar um marco regulatório da comunicação, tendo como base a regulamen-

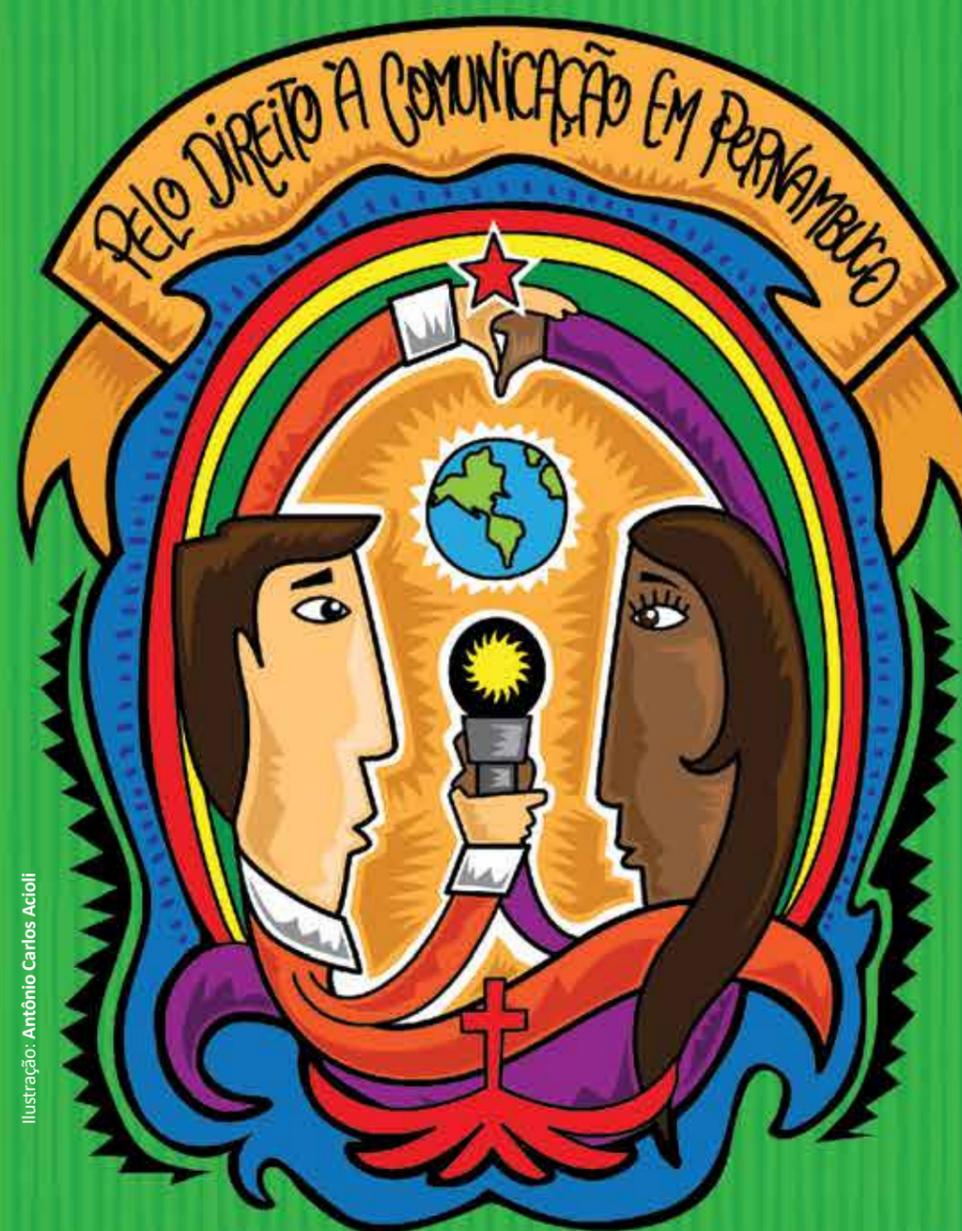


Ilustração: Antônio Carlos Acilii



ção do Capítulo V da Constituição Federal, que trata da comunicação no Brasil. Os artigos 220, 221, 222, 223 e 224 estabelecem critérios para distribuição e uso dos canais.

O artigo 221, por exemplo, diz quais são as prioridades que uma rádio ou uma televisão devem ter. No inciso terceiro, fala que a produção de conteúdo local deve ser veiculada de acordo com percentuais estabelecidos em lei. Mas essa lei nunca foi elaborada. Já o artigo 223 afirma que as concessões devem ser distribuídas em um critério de complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado. Mas não existe uma legislação que determine qual espaço deve ser ocupado por esses sistemas.

O PL de iniciativa popular estabelece que 1/3 do espectro tem que ir para a mídia pública, 1/3 para a privada e 1/3 para a estatal. Estabelece que, dependendo da natureza do veículo, entre 30% a 70% da programação deve ser de conteúdo local. Além disso, cria um Fundo Nacional da Comunicação Pública para garantir recursos para os meios de comunicação públicos manterem sua independência do governo e do mercado.

A proibição de políticos e igrejas de serem concessionários de radiodifusão é outro capítulo do projeto. “Uma figura como Inocêncio Oliveira, por exemplo, tem várias rádios espalhadas pelo Sertão Central. Ele domina o discurso na região a ponto de ali só se falar no que interessa ao projeto político dele. Com isso, consegue se reeleger até não querer mais e, quando resolve se aposentar, conduz um processo eleitoral familiar para decidir quem irá assumir o seu lugar a partir daquele momento. É o chamado coronelismo eletrônico”, avalia Ivan Moraes Filho, do Centro Cultural Luiz Freire.

Após ser reeleita em outubro último, a presidenta Dilma Rousseff falou em regulação econômica da comunicação brasileira, mas não entrou em detalhes. “Os governos Lula e Dilma não avançaram nesse debate. Não temos nenhum motivo para acreditar que essa discussão será levada à frente pelo governo. No entanto, a impressão que tenho é que boa parte da população, o cidadão não organizado e progressista, está cada vez mais interessada em se mobilizar. Vejo no Brasil, em 2015, um terreno muito fértil para a discussão da pauta da reforma da mídia e da reforma política, que, a meu ver, andam juntas”, salienta Ivan Moraes.

Em 2015, as entidades que compõem o FNDC irão promover semanas intensificadas de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei. Qualquer pessoa pode acessar o site da campanha www.paraexpressaraliberdade.org.br baixar o formulário e o próprio PL, assinar com o número do título de eleitor e encaminhar ao FNDC.

“Existe um sentimento de pressionar o governo nos primeiros dias de 2015. Ir para as ruas e deixar claro que nós demandamos desse governo que tenha como prioridade a reforma da comunicação. A programação é todos na rua. Defender a Lei da Mídia Democrática junto com a Reforma Política”, conclui o jornalista.

JUSTIÇA BRASILEIRA marcada por privilégios e PRECONCEITOS



Uma divindade grega com olhos vendados, uma espada na mão direita e uma balança na esquerda. A imagem seria a de Têmis, a deusa da lei e da ordem, protetora dos oprimidos ou da sua filha Diké, deusa da Justiça. A venda nos olhos, o símbolo da imparcialidade. A balança, a equação que deve existir entre o castigo e a culpa. A espada, a força para executar o que é justo. Toda essa simbologia representa o Poder Judiciário e deu origem a tese de que “Todos são iguais perante a Lei”. Todavia, com toda essa carga histórica e mitológica, a Justiça brasileira é tida como uma das instituições mais injustas, o que a leva ao descrédito.

No Brasil, a venda nos olhos de Têmis estaria mais próxima daegueira dos que fazem do Judiciário um poder marcado pelo privilégio e preconceito de classe. Talvez a frase “Aos amigos tudo, aos inimigos a Lei” defina melhor a atuação da Justiça no país. A elite econômica e política sempre recebeu tratamento privilegiado do Poder, enquanto os integrantes da classe menos favorecida e aqueles que os defendem são tratados com maior rigor.

A morosidade na aplicação da lei no Brasil é mais um elemento a contribuir com a crise e a queda da credibilidade da Justiça. Só para ser ter uma ideia, no Brasil havia cerca de 230 mil pessoas presas sem terem sido julgadas em dezembro de 2012, segundo dados mais recentes do Ministério da Justiça. Isso representa cerca de 40% dos presos do país. Proporcionalmente à população, o Brasil é o 11º País que mais tem prisioneiros sem julgamento. A cada 100 mil, 104 estão presos provisoriamente. E a maioria dos presos são pessoas que não têm como pagar advogados privados e dependem da Defensoria Pública, insuficiente no país.

Essa morosidade favorece quem tem recursos financeiros para contratar bons advogados, que permanecem em liberdade até seus crimes serem julgados na última instância do Poder Judiciário. Seus advogados são especialistas em adiar o resultado de ações, recorrendo a todas as instâncias do Poder. De modo que, em muitos casos, os crimes prescrevem, o julgamento é cancelado e o acusado se livra da prisão.

Foi com o objetivo de inaugurar uma nova forma de enfrentar os graves problemas da Justiça e aperfeiçoar o seu funcionamento que, em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria





de Reforma do Judiciário (SRJ), no Ministério da Justiça. Na época, o ministro era o advogado Márcio Thomaz Bastos, falecido no último mês de novembro. A Secretaria foi a responsável pela aprovação, em 2004, da Emenda Constitucional (EC) 45, ao desempenhar papel político destacado junto aos parlamentares para a reformulação das bases constitucionais da Justiça.

Teria assim início o processo de reforma do Judiciário, que adquiriu força, sobretudo, com a criação dos órgãos fiscalizadores da Justiça e do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). No entanto, essas iniciativas não foram suficientes para sanar a crise do Judiciário.

“A maior instituição criada no Brasil, após a Constituição Federal de 1988, que consagrou algumas instituições, foi o Conselho Nacional de Justiça. Ele criou um divisor de águas. A história da Justiça brasileira pode ser dividida em duas partes: antes do CNJ e depois do CNJ. Não estamos vivendo nenhuma maravilha, mas estamos avançando. As mudanças foram tão profundas, porque houve reação. A OAB precisou defender o CNJ no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os setores mais reacionários da magistratura que se opuseram ao seu poder disciplinar”, lembra o presidente da OAB Pernambuco, Pedro Henrique Reynaldo Alves.

Mesmo de forma tímida a Justiça brasileira sofreu avanços nos últimos dez anos, mas a situação continua problemática. O desafio continua sendo superar os entraves ao pleno acesso à Justiça. Quanto menor o poder aquisitivo de quem busca seus direitos, maior a dificuldade para realizá-los. A burocracia e a demora para o julgamento de processos afastam o Judiciário dos que mais precisam.

“É por tomar decisões corporativas ou de cunho político para agradar o mercado financeiro que a Justiça está desacreditada. Decisões que atendam anseios sociais são raras e só com pressão popular é que, às vezes, são atendidas. A Justiça brasileira não tem preservado a sua imparcialidade, pois vivemos em um sistema capitalista, onde quem dita as regras é o mercado. Chegamos ao extremo de o Banco Mundial, através do Documento 319, estabelecer metas para o Poder Judiciário brasileiro”, destaca a coordenadora da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Jaqueline Silva.

Jaqueline se refere ao Documento Técnico 319, de 1996, em que o Banco Mundial sugere a necessidade de uma reforma para transformar o Poder Judiciário num garantidor dos princípios econômicos a serem implementados no Estado brasileiro, no final da década de 1990, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. “A Justiça



MINNCA

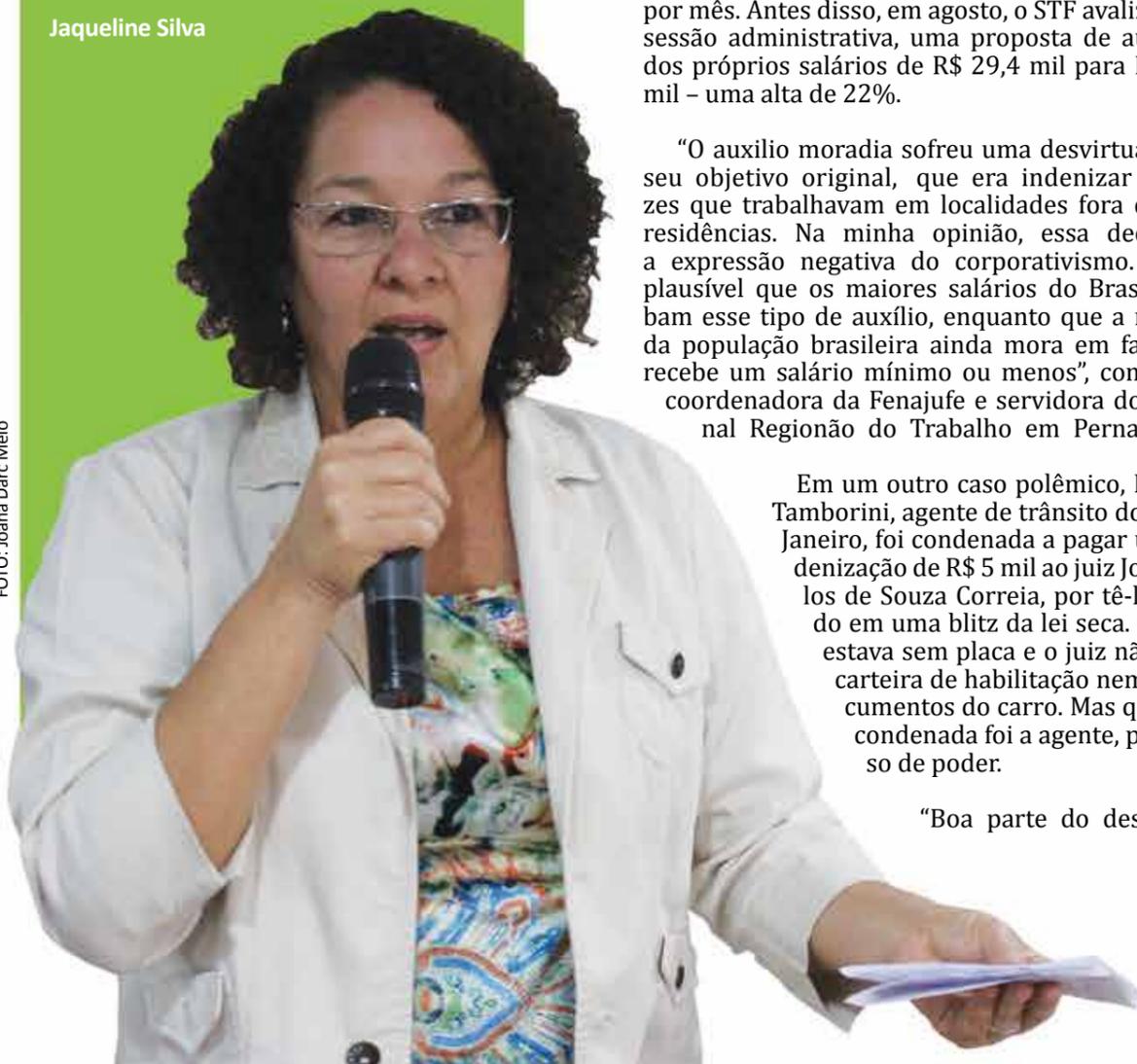


“

É por tomar decisões corporativas ou de cunho político para agradar o mercado financeiro que a Justiça está desacreditada”

Jaqueline Silva

FOTO: Joana Darc Melo



precisa ouvir mais os reclamos dos mais explorados pelo sistema, que buscam a Justiça para reparar direitos vilipendiados”, complementa Jaqueline Silva.

Recentemente, uma polêmica em torno de uma decisão corporativa fez com que o Poder Judiciário voltasse a ser alvo de críticas. O STF estendeu para todos os juízes federais, estaduais, da Justiça do Trabalho e da Justiça Militar a prerrogativa de receber o auxílio-moradia, que foi fixado em R\$ 4.377,73. O benefício foi garantido até para juízes que possuem residência própria e para aqueles que atuam em suas cidades de origem. Como o Ministério Público decidiu que o benefício não poderá ser inferior ao dos magistrados, os procuradores e promotores também deverão receber R\$ 4.377 mil por mês. Antes disso, em agosto, o STF avalizou, em sessão administrativa, uma proposta de aumento dos próprios salários de R\$ 29,4 mil para R\$ 35,9 mil – uma alta de 22%.

“O auxílio moradia sofreu uma desvirtuação de seu objetivo original, que era indenizar os juízes que trabalhavam em localidades fora de suas residências. Na minha opinião, essa decisão é a expressão negativa do corporativismo. Não é plausível que os maiores salários do Brasil recebam esse tipo de auxílio, enquanto que a maioria da população brasileira ainda mora em favelas e recebe um salário mínimo ou menos”, compara a coordenadora da Fenajufe e servidora do Tribunal Regionão do Trabalho em Pernambuco.

Em um outro caso polêmico, Luciana Tamborini, agente de trânsito do Rio de Janeiro, foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 5 mil ao juiz João Carlos de Souza Correia, por tê-lo parado em uma blitz da lei seca. O carro estava sem placa e o juiz não tinha carteira de habilitação nem os documentos do carro. Mas quem foi condenada foi a agente, por abuso de poder.

“Boa parte do descrédito

que há em relação ao Poder Judiciário se deve a dois fatores: primeiro a necessidade de haver uma maior transparência em relação aos atos administrativos, no que diz respeito aos benefícios dados a juízes e servidores. Em segundo lugar, existe um déficit de legitimidade com relação ao resultado de diversos julgamentos. No caso da agente de trânsito carioca, a sociedade rejeitou a decisão da Justiça e, inclusive, angariou os recursos para o pagamento da multa através da internet. Hoje, já há um entendimento que se deve e se pode contestar decisões judiciais”, pontua o advogado e especialista em direito trabalhista, Cláudio Ferreira.

Outro episódio de grande repercussão nacional e que deixou claro os interesses de classe da Justiça brasileira foi o julgamento do mensalão petista, pelo STF. Alguns dos maiores líderes do PT e pessoas ligadas a eles foram presas, em um processo com falhas que foram constatadas pela Justiça italiana ao negar o pedido de extradição de Henrique Pizzolato. Enquanto isso, o mensalão tucano, anterior ao petista, não foi julgado, assim como o escândalo do metrô de São Paulo. Como falar em isenção do Judiciário diante desse quadro? Como não colocar em cheque a credibilidade de um poder que tem entre sua missão tratar todos de forma igual?

“Estamos enfrentando uma crise, eu diria até um pré-colapso em nosso sistema judicial, fruto de uma proliferação de demandas na Justiça como todo, de falta de prioridade no orçamento e de uma cultura ultrapassada de alguns juízes. E olhe que ainda existe uma demanda reprimida na sociedade por causa do descrédito que muita gente tem a respeito da Justiça”, avalia Pedro Henrique Reynaldo

“

Estamos enfrentando uma crise, eu diria até um pré-colapso em nosso sistema judicial, fruto de uma proliferação de demandas na Justiça como todo, de falta de prioridade no orçamento e de uma cultura ultrapassada de alguns juízes”

Pedro Henrique Reynaldo Alves





Em crise ou não, A FAMÍLIA AINDA É a base de tudo

A falência da família, pelo menos a tradicional, parece favas contadas. Como um espaço de formação, a instituição vem perdendo força ao longo dos anos para a escola, para a igreja e para mídia, por exemplo. Os conflitos de gerações, a ausência dos pais na criação dos filhos, a falta de amor, de respeito e de autoridade entre pais e filhos são alguns aspectos que contribuem para essa diluição da família. Fatores como casamentos efêmeros ou os eternos (mas infelizes) também pesam contra esse formato tradicional de família. Mas nem tudo está perdido. A família se reinventa e volta a ter força.

Para Fernanda Andrade Lima, terapeuta familiar, o que está acontecendo é a transformação do formato tradicional de família, apesar de ainda ser grande – entre 70% e 80% - o estilo convencional: pai, mãe e filhos. Fernanda associa essa mudança às transformações sociais ocorridas na segunda metade do século 20, principalmente a descoberta da pílula anti-concepcional, a legalização do divórcio, a necessidade da profissionalização da mulher e o aumento dos direitos iguais entre gêneros.

“A separação não implica em diluição familiar. Sempre o pai vai ser pai, a mãe vai ser mãe e os filhos vão ser filhos. Com pais separados ou não a família permanece, mas com um novo arranjo. A mídia, junto da evolução tecnológica, está dando muita ênfase em assuntos como homossexualidade, separações, violência doméstica, liberdade sexual da mulher. Por isso, pensa-se que a família tradicional acabou, mas não existe isso. Agora, a própria família tradicional está se renovando. As mulheres estão negociando com os seus maridos também por mudanças sociais e necessidades do mercado de trabalho e de sair da submissão, buscando relações mais igualitárias”, observa a terapeuta.

Mesmo com essas transformações, o tradicional se conserva. Fernanda cita uma pesquisa feita entre 2009 e 2011 em que jovens entre 18 e 21 anos demonstraram o desejo de casar. O mesmo levantamento, no entanto, revela que as pessoas estão se casando mais velhas e muitas, antes de casar oficialmente, moram juntas com seus parceiros.

A democratização das relações, a igualdade de direitos, vem também contribuir para a mudança no seio familiar, o que pode parecer para alguns uma crise na instituição família. Pais, mães e filhos muitas vezes entram em rota de colisão ao defender seus ideais, querendo fazer valer suas

“

É preciso maior transparência em relação aos atos administrativos, no que diz respeito aos benefícios dados a juízes e servidores e existe um déficit de legitimidade com relação ao resultado de diversos julgamentos”

Cláudio Ferreira

Alves, da OAB de Pernambuco.

A Ordem dos Advogados do Brasil e diversos advogados brasileiros defendem mandatos temporários de dez anos para os juízes. Nesse caso, o juiz passaria cinco anos trabalhando e sendo analisado pela comunidade jurídica, pela magistratura, pela academia e pela advocacia do Ministério Público. Caso seu trabalho fosse aprovado, seria reconduzido por mais cinco anos. Depois desse período, os juízes se aposentariam ou retornariam para a sua vara de origem. “Isso daria muito mais oxigenação ao Poder”, sublinhou Cláudio Ferreira.

Mas não é isso que querem os juízes. Muito pelo contrário. Atualmente, eles querem aprovar a PEC da bengala para elevar as aposentadorias do Supremo de 70 para 75 anos. “Precisamos acabar com esses feudos que existem no Judiciário brasileiro. A pessoa é nomeada ministro com 40 anos de idade e passa mais 30 anos no Supremo. Ele se sente dono daquela fatia de poder. E só é afastado com a aposentadoria”, lembra Pedro Henrique Reynaldo. Ou seja, privilégio continua sendo a maior característica do judiciário brasileiro.



ENTREVISTA

Leonardo Boff

Escritor

“Voltaremos a brilhar como É DE NOSSA VOCAÇÃO”

vontades, gerando um conflito de gerações. “Os jovens estão com novos discursos. Todos têm direito a voz. A nova família criou muitas vozes e várias posições”, explica Fernanda Andrade Lima.

Outro fator de mudança na base familiar é o envelhecimento da população, o que torna a família em movimento. “A gente não tem mais uma família tradicional parada, feliz para sempre e, sim, uma família que está o tempo todo ligada às mudanças sociais, o que não necessita ser o oposto à afetividade, aos laços e vínculos, apenas temos que lidar diferente com as relações, e isso não implica na quebra dos laços afetivos”, completa a terapeuta.

Mesmo com todas as mutações sociais, crises, fins e recomeços, a família continua sendo a base do indivíduo. É ela a maior, entre todas as instituições, a grande responsável pela formação ou deformação do ser humano, do cidadão. É onde tudo começa a ser construído.

“Ninguém pode viver sem vínculos. E quando falo em vínculos, falo nos positivos e negativos. O mito do amor ideal não existe. O que existe é um vínculo com afeto, com responsabilidades, do cuidado com o outro. Onde há vínculo de duas pessoas, independente da escolha sexual, existe família. Tudo isso implica em formação de uma sociedade melhor. Existem possibilidades de as relações não darem certo, mas a família não acaba. Apenas está procurando novas formas de convívio”, finaliza Fernanda.

ESCRITOR, TEÓLOGO, ECOLOGISTA. EDUCADOR POPULAR, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E UM DOS FUNDADORES DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, A ALA MAIS À ESQUERDA DA IGREJA CATÓLICA. ESSE É LEONARDO BOFF, UM DOS GRANDES BALUARTE DA DEFESA DA ÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO. EM MEIO A UMA AGENDA REPLETA DE COMPROMISSOS, O RELIGIOSO ARRANJOU UM TEMPO PARA CONCEDER, POR E-MAIL, UMA ENTREVISTA AO SINDSEP-PE, NA QUAL FALA SOBRE A CRISE NAS INSTITUIÇÕES E APONTA CAMINHOS. BOFF CRITICA A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL, A CORRUPÇÃO, FALA DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E RESSALTA O PAPEL DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DOS JOVENS. AO FINAL, O TEÓLOGO DEMONSTRA SUA CRENÇA NA HUMANIDADE E NUM MUNDO MAIS FRATERNAL.

GARRA - O que se viu a partir dos protestos de rua de 2013 foi uma insatisfação generalizada da sociedade, sobretudo com a classe política. O que é necessário para se voltar a acreditar na política?

LEONARDO BOFF - No meu modo de ver, os protestos mostraram a indignação com o tipo de Brasil que temos, dominado por políticos corruptos e desvinulados do povo. Quer dizer, que não representam a população. Os jovens estão cansados de um país de negociatas e querem um país de democracia verdadeira que, além de representativa, deve ser participativa a partir das organizações populares e dos movimentos organizados. Trata-se de uma crise de representação. Junto a isso vieram demandas fundamentais ligadas ao transporte, à saúde, à educação e ao combate à corrupção e à impunidade. Viram o contraste entre os bilhões de reais gastos para a Copa Mundial de Futebol e o que é gasto para as necessidades básicas do povo. Não podemos esquecer que 85% da população brasileira vivem nas cidades, grande parte nas favelas. Estas não são consideradas cidades, mas periferias. E elas, pelos projetos sociais dos governos do PT, ganharam auto-estima, sentido de cidadania e reclamam direitos. Creio que, ao se debater a reforma política e tributária, estas multidões voltarão às ruas. O tipo de democracia de baixíssima intensidade que temos deverá ser modificada radicalmente.

GARRA - Assim como na classe política, o descrédito dos sindicatos, partidos políticos e aos chamados novos movimentos sociais é um fato. Como reciclar e renovar esses setores?

BOFF - A esses setores faltam líderes e organização. É um movimento de indignação mais que de transformação. Ninguém sabe para onde caminha a humanidade e o nosso próprio país. Não há sonhos mobilizadores como nos anos 60 do século passado. Todos estão mais ou menos resignados e anestesiados pelas TVs, pelas novelas, pela internet, pelas redes sociais e pelos distintos celulares com mais e mais aplicativos. Virou um entretenimento e uma comunicação generalizada, mas, ao mesmo tempo, solitária. Eu não prevejo para onde irá nosso país com a crise do sistema do capital no coração mesmo dos países centrais que não tem nada a propor a não ser a dominação ideológica e, se preciso for, a militar. Por outra parte, circulando nos meios populares e nos movimentos sociais como os Sem Terra, sem Teto, os indígenas e quilombolas e tantos outros que estão se articulando em nível nacional, se percebe que algo se move na sociedade na direção de uma alternativa, cujos contornos ninguém tem condições de desenhar.

GARRA - A mídia tem uma grande responsabilidade no perfil da população, tendo em vista o poder que tem não só de formar opinião como de deturpá-la, além de que ela não é plural nem





polissêmica. Quando teremos e o que fazer para termos uma mídia mais democrática?

BOFF - A mídia brasileira é um dos grandes instrumentos que as classes dominantes utilizam para domesticar o povo. Querem consumidores e não cidadãos críticos e participativos. Eu espero uma mudança a partir de uma ampla reforma política que a presidenta Dilma prometeu fazer de qualquer forma. É uma vergonha que poucas famílias, especialmente, a família Marinho do grupo O Globo, que congrega múltiplas mídias, faz a cabeça dos brasileiros mais que todas as escolas e universidades juntas. Isso é contra qualquer sentido de democracia. Criticam a eventual censura oficial. Mas são eles que censuram continuamente negando ao povo as informações mais importantes. Restringem-se a fatos criminosos e a banalidades da vida cotidiana.

GARRA - O Judiciário talvez seja uma das instituições mais desacreditadas. A máxima que diz "Aos amigos tudo e aos inimigos a lei" está cada vez mais viva no sentimento da sociedade. O que fazer para quebrar essa elitização do Poder Judiciário?

BOFF - É o único poder que não passa pelo voto popular e que nunca sofreu uma reforma. É uma das instituições mais elitistas e corruptas do país. O dito mensalão tinha a intenção clara de destruir o PT como partido e não apenas desmoralizá-lo. Assumiu um caráter de espetáculo burlesco e de farsa. José Dirceu foi julgado não a partir dos autos, mas apenas aplicando uma regra nazista do conhecimento do fato devido. Como se todos os eventuais crimes do partido ele tivesse que conhecê-los. Uma magistrada no seu voto simplesmente disse: "eu o condeno a partir da literatura jurídica". Qual? Aquela dos juízes nazistas? Espero que a reforma política implique uma ampla reforma do Judiciário, senão este vai invalidar qualquer reforma séria e estrutural.

GARRA - Paralelamente a toda essa crise, uma das instituições antes desacreditadas volta a ser resgatada: a família. Como o senhor analisa esse fato?

BOFF - A revolução sexual dos anos 60 trouxe cansaço e decepção. Não se pode tratar a sexualidade como algo banal, pois se trata do mais sagrado e íntimo das pessoas. Perdeu-se o encantamento, necessário para uma relação que valha a pena e para o amor. Além de decepção veio a depressão de muitos jovens, entregues à droga e despolitizados. Esta situação criou as condições para o resgate de valores tidos como tradicionais, mas que são profundamente humanos e independem do tempo, pois estão ligados à essência do humano. Jovens começam a namorar e evitam, conscientemente, as relações sexuais, valorizam o carinho e o cuidado. E veem na família o refúgio contra uma sociedade que enfastia pelo consumo e pelo excesso de marketing. É bom viver em família, sentar-se juntos à mesa, viver a comensalidade e juntos virem algum programa de televisão.

GARRA - Por fim, gostaria que o senhor discorresse um pouco sobre o ser humano, o grande responsável por tudo de bom e de ruim que acontece no mundo. Assistimos à disseminação





“

O ser humano é um projeto infinito, habitado por sede de bondade, fome de amor, ânsia de afeto e desejo de cuidado”

Leonardo Boff



de ódio entre as pessoas, o individualismo, a falta de solidariedade...

BOFF - O ser humano é o grande enigma para qualquer pensamento. Somos seres contraditórios, sábios e dementes, diabólicos e simbólicos, cheios de sombras e com luzes também. Isso não é defeito de construção. Mas a condição concreta de nossa natureza. O que predomina hoje é a dimensão de sombra, de resignação, de falta de horizonte utópico. São tempos de entre-tempo, tempos de crise de civilização, quer dizer, das formas como habitamos o planeta, devastando-o; como convivemos sempre manipulados pelos superpoderes midiáticos, enganados pela propaganda. E, apesar disso, o ser humano em sua essência é um projeto infinito, habitado por uma sede que nunca se sacia, sede de bondade, fome de amor, ânsia de afeto e desejo de cuidado. Estas realidades são da essência do humano. Por isso elas nunca se perdem ou se pervertem totalmente. Elas possuem uma força intrínseca. As pessoas, ao longo da vida, percebem que é nesta linha que se encontra a possível e singela felicidade humana. Isso se revela também pela fome da dimensão do Religioso, do Místico e do Esotérico. Vale dizer, daquelas realidades intangíveis mas que, sendo invisíveis, fazem parte do visível. Noto no mundo inteiro uma volta a essa dimensão. Os antropólogos dizem que tais fenômenos antecedem e antecipam mudanças de paradigma civilizacional. Eu tenho esperança que não estamos face a uma tragédia anunciada, mas dentro de uma grande crise que nos acrisolará e purificará para darmos um salto de qualidade em direção de uma forma de viver e conviver mais simples, fraterna e amiga da vida e da Mãe Terra. E então, voltaremos a brilhar como é de nossa vocação.



Dilma inaugura porto em Cuba



Protestos durante a Copa



Alianças



Pernambuco chora a morte de Eduardo Campos

Marina Silva sofre ataque no guia eleitoral



Aécio passa Marina e vai ao segundo turno

Marina declara apoio ao PSDB



50 anos da ditadura



Fim de pouso...



Dilma é reeleita pelo Partido dos Trabalhadores



Comissão da Verdade

ACORDOS BILATERAIS NO ENCONTRO DO BRICS



Saldo da Copa



IBGE

CHARGES PUBLICADAS ORIGINALMENTE NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO



Filiado a CUT e a CONDSEF
SINDSEP-PE



@Sindsep_PE



Sindsep-PE



www.sindsep-pe.com.br